

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 034

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 03 DE ABRIL DE 2002

ANO XXVIII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PDT

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSDB

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Durval Amaral
Líder da Oposição Waldyr Pugliesi
PTB Carlos Simões
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Ademar Luiz Traiano
PMDB Nereu Moura
PPB Tony Garcia
PT Luciana Rafagnin
PDT Luiz Carlos Zuk
PSL Luiz Carlos Martins
PL Pastor Edson Praczyk
PPS Marcos Isfer

Representação Partidária

PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 07: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PTB - 06: Carlos Simões - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Miltinho Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer; PSC - 01: Fernando Guimarães.

Ato da Presidência:

RESOLUÇÃO Nº 002/2002

Data: 03 de abril de 2002.**Súmula:** Enquadramento dos servidores do Poder Legislativo pelo artigo 70 da Lei nº 10.219 de 21 de dezembro de 1992.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte resolução:

Art. 1º - Aplicam-se aos servidores do Poder Legislativo as disposições do artigo 70 da Lei nº 10.219 de 21 de dezembro de 1992, alterada pela Lei nº 10.464, de 05 de outubro de 1993, com enquadramento automático nos cargos que ocupam.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 21 de dezembro de 1992, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 03.04.2002.

(a) HERMAS BRANDÃO
Presidente

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 022ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
03 DE ABRIL DE 2002**

(quarta-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Chico Noroeste e Marcos Isfer.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Luiz Fernandes da Silva Litro, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PFL: Basí-

lio Zanusso, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães; PTB: Carlos Simões, Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Justus; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins; PSC: Fernando Guimarães (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:**Emenda:****EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO**

Acrescente-se parágrafo único ao artigo 1º do Projeto de Lei nº 41/2002:

“Art. 1º-.....

Parágrafo Único - Fica estendido o disposto no caput do artigo aos servidores públicos do Poder Executivo e do Poder Legislativo.”

Sala das Sessões, em 03.04.2002

(a) LUIZ CARLOS ZUK

Apoioamento:

Renato Gaúcho, Augustinho Zucchi, Eli Ghellere, Waldyr Pugliesi, José Maria Ferreira, Antonio Anibelli, Ademir Bier, Pastor Edson Praczyk.

JUSTIFICATIVA:

A emenda se justifica pela mesma exposição apresentada pelo Ministério Público, isto é: “a vantagem vem sendo paga em caráter geral e permanente, afastando-se de sua verdadeira finalidade, posto que, concedida como complemento de salário, dada a reconhecida e declarada mora do Estado quanto à revisão geral anual, prevista no artigo 37, inciso X, CF, têm os servidores, segundo a jurisprudência, direito à sua incorporação aos vencimentos, inclusive integrando os proventos de aposentadoria. Manifesto o direito, a incorporação deve ser proposta desde logo a bem da segurança jurídica - e aqui acrescento: e da isonomia - nas relações entre esta administração e seus administrados, inclusive a evitar, no futuro,

possíveis tratamentos diferenciados mormente entre os que permanecerem na ativa e os que vierem a se inativar, ou mesmo entre estes”.

Do exposto percebe-se a necessidade de se acolher a presente emenda por uma questão de justiça os servidores públicos do Estado do Paraná.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 664

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a preferência para a discussão e votação do Projeto de Resolução nº 003/2002, item 09 da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 03.04.2002

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 662

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, parágrafo 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final aos projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 03.04.2002

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 660

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, e com base no artigo 21 do Regimento Interno, a anexação do Projeto de Lei nº 262/2001 ao Projeto de Lei nº 226/2001, por se tratarem de matérias similares.

Sala das Sessões, em 03.04.2002

(a) RENATO GAÚCHO

REQUERIMENTO Nº 641

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de votos de profundo pesar ao senhor Adelino Baggio Correa, pelo falecimento de seu genro senhor Olimpio Gritti, ocorrido em Japurá, no dia 01 de abril de 2002.

Sala das Sessões, em 03.04.002

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 642

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

Plenário, o envio de votos de profundo pesar ao senhor Mário Guenzo Uehra, pelo falecimento de sua mãe, senhora Kosiko Shimabujuro Uehra, ocorrido em Cianorte, no dia 28 de março de 2002.

Sala das Sessões, em 03.04.2002

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 661

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos deste Poder Legislativo, votos de pesar pelo falecimento do Tenente Coronel Donizete Carlos Ribeiro, ocorrido na data de hoje, nesta Capital.

Requer ainda, que após aprovado pelo Plenário desta augusta Casa de Leis, seja enviado cópia do presente requerimento à família enlutada, sito à rua Humberto Calixto Fruet, nº 90 - CIC - Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 03.04.2002.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

REQUERIMENTO Nº 670

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, o adiante nominado deputado com assento nesta Casa Legislativa, REQUER à Mesa, o envio de voto de pesar, pelo falecimento do senhor Pedro Furlanetto, ocorrido no dia 29 de março p.p. na cidade de Porecatu.

Pedro Furlaneto nasceu em 16.12.26, na cidade de Sertãozinho/SP.

Aos dezoito anos passou a residir na cidade de Porecatu, onde aposentou como agricultor, e, ainda prestava serviços à Usina Central Paraná.

Faleceu aos 75 anos de idade, deixando sua esposa a senhora Rosa Furlaneto e filhos.

Requer ainda, seja dado ciência à família enlutada, através da senhora Rosa Furlaneto no seguinte endereço: Rua Brasil, 1206, CEP 86160-000 Porecatu-PR.

Sala das Sessões, em 03.04.2002

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

REQUERIMENTO Nº 680

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de profundo pesar pelo falecimento do senhor João Alfredo Costa, ocorrido dia 29 de março de 2002.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 03.04.2002

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 90 anos de idade, faleceu dia 29 de março de 2002, o senhor João Alfredo Costa, que era viúvo de

dona Zenina Meyer Costa. Deixou 5 filhos, dentre os quais o Dr. Athos Meyer Costa, assessor parlamentar da Secretaria de Estado da Segurança Pública, 13 netos e 04 bisnetos.

João Alfredo Costa exerceu por mais de 68 anos a profissão de farmacêutico. Era pessoa bastante relacionada na cidade de Ibaiti, onde residia. Seu passamento veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre eles este deputado.

Descanse, pois, dileto amigo João Alfredo; as nossas despedidas comovidas e a prece que dirigimos ao Todo Poderoso, para que lhe dê o merecido repouso.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Costa, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 688

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, o adiante nominado deputado com assento nesta Casa Legislativa, REQUER à Mesa, o envio de votos de pesar pelo falecimento da senhora Duzolina Berti Davanço, ocorrido nesta data na cidade de Borrazópolis.

A senhora Duzolina nasceu em 25.11.23, na cidade de Chavantes/SP. Em 1960 passou a residir na cidade de Borrazópolis, onde aposentou-se.

Faleceu aos 79 anos de idade, deixando 08 filhos e netos.

Requer ainda, seja dado ciência à família enlutada, através da senhora Dalva Regina Davanço Carvalho (filha) no seguinte endereço: Praça da República 28- CEP 86925-000 Borrazópolis/PR.

Sala das Sessões, em 03.04.2002

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

REQUERIMENTO Nº 650

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao senhor Miguel Bayerle, prefeito de Itaipulândia/PR, por sua posse como presidente do Conselho de Desenvolvimento dos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu, ocorrida no dia 2 de abril de 2002.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao senhor Miguel Bayerle, prefeito de Itaipulândia/PR, por meio de correspondência a ser encaminhada à Prefeitura Municipal de Itaipulândia-Paraná.

Sala das Sessões, em 03.04.2002.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 651

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao presidente da federação das Empresas de Transporte de Cargas do Estado do Paraná - Fetranspar, senhor Luiz Anselmo Trombini, pela posse da diretoria, bem como, pela inauguração da nova sede da entidade, a serem realizadas no dia 8 de abril, em Curitiba/PR.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao senhor Luiz Anselmo Trombini, presidente da Fetranspar, na Rua Alferes Poli, 1477, CEP 80.230-090, Curitiba/PR.

Sala das Sessões, em 03.04.2002.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 652

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao senhor José Luiz Parzianello, por ocasião de sua posse como presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Oeste do Paraná - Sinduscon-Oeste/PR, a ser realizada no dia 11 de abril, em Cascavel/PR.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao senhor José Luiz Parzianello, na sede do Sinduscon-Oeste/PR, na Avenida Assunção, 690, CEP 85.805-030, Cascavel/PR.

Sala das Sessões, em 03.04.2002.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 653

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao magnífico reitor da Universidade Federal do Paraná, professor doutor Carlos Roberto Antunes dos Santos, pela inauguração da nova sede do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, a ser realizada no dia 5 de abril, no Campus Jardim Botânico, em Curitiba/PR.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao magnífico reitor Sr. Professor Dr. Carlos Roberto Antunes dos Santos, através de correspondência a ser encaminhada para a reitoria da Universidade Federal do Paraná.

Sala das Sessões, em 03.04.2002.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 654

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações à doutora Maria Tereza Ville Gomes, por sua posse como Procuradora-Geral de Justiça do Estado do Paraná, a ser realizada no dia 08 de abril, na sede do Centro Integrado dos Empresários e Trabalhadores do Estado do Paraná, em Curitiba/PR.

Requer ainda, que do presente se dê ciência à doutora Maria Tereza Ville Gomes, através de correspondência a ser encaminhada para a Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 03.04.2002.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 655

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações à senhora Nailor Tereza Polita, presidente do Provopar do município de São Miguel do Iguaçu/PR, pelo brilhante trabalho que vem desempenhando à frente daquela entidade.

Requer ainda, que do presente se dê ciência à senhora Nailor Tereza Polita, através de correspondência a ser encaminhada ao Provopar de São Miguel do Iguaçu/PR, na Rua Medianeira, 64, CEP 85.877-000, São Miguel do Iguaçu/PR.

Sala das Sessões, em 03.04.2002.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 673

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de congratulações aos novos membros do Conselho de Desenvolvimento dos Municípios Lindeiros, empossados no dia 02 de abril de 2002.

Fazem parte do novo Conselho o prefeito de Itaipulândia, senhor Miguel Bayerle, presidente; o prefeito de Marechal Cândido Rondon, senhor Edson Wasem, vice-presidente; a senhora Janete Vivan Almeida, secretária; o senhor Arlenio Boaroli, vice-secretário; o senhor Helio Bremm, tesoureiro; e o senhor Alberto Mareco, vice-tesoureiro.

Sala das Sessões, em 03.04.2002.

(a) ELI GHELLERE

REQUERIMENTO Nº 649

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao secretário de

Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, José Antonio Andreghetto, e ao governador Jaime Lerner solicitando agilização quanto às obras de revitalização do Parque Estadual de Vila Velha.

Em janeiro o parque foi fechado para visitação para dar início às obras de revitalização do mesmo. Após o fechamento, as obras ainda não foram iniciadas. De acordo com informações, técnicos estão concluindo os estudos biológicos na área. O parque deverá ser reaberto em outubro, quando completa 50 anos.

Para que não haja atraso no plano de revitalização do parque, pois este permanecerá fechado no período de maior fluxo de visitas, haveria a necessidade de uma agilização das obras, pois a única ação realizada no Parque foi o corte de árvores, consideradas exóticas em relação à vegetação nativa.

Sala das Sessões, em 03.04.2002.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 656

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao secretário de Estado da Fazenda Ingo Hübert, solicitando estudos para viabilização de distribuição do ICMS gerado pela Itaipu Binacional a todos os municípios lindeiros ao Lago de Itaipu.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao deputado federal Dilceu Sperafico e aos vereadores de Entre Rios do Oeste, através de correspondência a serem encaminhadas à Câmara de Deputados, em Brasília, e à Câmara Municipal de Entre Rios do Oeste/PR, respectivamente.

Sala das Sessões, em 03.04.2002.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento tem por finalidade atender solicitação da Câmara Municipal de Entre Rios do Oeste. De acordo com tal solicitação, estes estudos servirão para pressionar o Governo Federal para que redistribua o ICMS gerado pela Itaipu Binacional entre todos os municípios lindeiros ao Lago de Itaipu, nas suas respectivas proporções. Atualmente, estes recursos são destinados na sua totalidade para o município de Foz do Iguaçu, o que, de acordo com os vereadores de Entre Rios do Oeste, é injusto, já que todos os municípios foram atingidos com a formação do Lago.

REQUERIMENTO Nº 648

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja enviado expediente à presidente da Fundepar, Denise Oldenburg Margareth Basgal, solicitando providências para a construção de cobertura junto às quadras esportivas existentes nas escolas municipais

25 de Julho e Estadual Monteiro Lobato, no município de Marechal Cândido Rondon/PR.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao presidente da Câmara Municipal, Ítalo Fumagali e ao vereador Ário Pedro Martiny através de correspondência a ser encaminhada à Câmara Municipal de Marechal Cândido Rondon/PR.

Sala das Sessões, em 03.04.2002.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

Tal requerimento atende solicitação do vereador Ário Pedro Martiny, aprovada por unanimidade pela Câmara Municipal de Marechal Cândido Rondon. As escolas municipais 25 de Julho e Estadual Monteiro Lobato estão localizadas no Jardim Primavera e, de acordo com a solicitação do vereador, as coberturas dessas quadras de esportes servirão para que os alunos que estudam nesses estabelecimentos possam praticar atividades esportivas independente das variações climáticas.

REQUERIMENTO Nº 657

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja enviado expediente à presidente da Fundepar, Denise Oldenburg Margareth basgal, solicitando providências para a construção de cobertura junto à quadra esportiva existente na escola municipal Jean Piaget, no município de Marechal Cândido Rondon/PR.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao presidente da Câmara Municipal, Ítalo Fumagali e ao vereador Ilário Hofstaetter, através de correspondência a ser encaminhada à Câmara Municipal de Marechal Cândido Rondon/PR.

Sala das Sessões, em 03.04.2002.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

Tal requerimento atende solicitação do vereador Ilário Hofstaetter, aprovada por unanimidade pela Câmara Municipal de Marechal Cândido Rondon. A referida escola conta atualmente com 216 alunos, sendo que os mesmos poderiam, com a obtenção deste benefício, praticar atividades esportivas independente das condições climáticas, tendo em vista que estas práticas atualmente são prejudicadas, principalmente por causa das altas temperaturas e das freqüentes chuvas que ocorrem no município.

REQUERIMENTO Nº 658

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao secretário de Estado dos Transportes, Wilson Justus Soares, solicitando providências no sentido de viabilizar a execução do asfaltamento da estrada ligando as localidades de Novo

Três Passos, Esquina Bandeirantes, Planalto e Santa Rita, no município de Marechal Cândido Rondon/PR.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao presidente da Câmara Municipal, senhor Ítalo Fumagali e aos vereadores Oladir Turmina e Pedro Rauber, através de correspondência a ser encaminhada para a Câmara Municipal de Marechal Cândido Rondon/PR.

Sala das Sessões, em 03.04.2002

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento tem por finalidade atender solicitação da Câmara Municipal de Marechal Cândido Rondon. A referida solicitação foi apresentada pelos vereadores Oladir Turmina e Pedro Rauber e foi aprovada por unanimidade na sessão plenária daquela Casa de Leis, no dia 18 de março último. A obra é de grande importância para os moradores da região, porque além de melhorar as condições para o transporte da safra agrícola, também vai facilitar o deslocamento da população, já que o fluxo de veículos é elevado nessa região.

REQUERIMENTO Nº 659

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja enviado expediente ao diretor institucional da Empresa de Telefonia Brasil Telecon, Leôncio Vieira de Resende Neto, solicitando providências urgentes no sentido de instalar um aparelho de telefone público no pátio interno da Escola Tia Paula - Educação Infantil e ensino fundamental, situada na Av. Iguaçu, 2810, esquina com a rua Carneiro Lobo, em Curitiba/PR.

Requer ainda que do presente se dê ciência à diretora da Escola Rosi Fabris, e à senhora Norma Roters Ribeiro Marafon, através de correspondência a ser encaminhada para a Avenida Iguaçu, 2810 - Escola Tia Paula - Educação Infantil e Ensino Fundamental, CEP 80240.030, e para Rua Herculanio Carlos Franco de Souza, 459/24, CEP 80.240.290, respectivamente, em Curitiba/PR.

Sala das Sessões, em 03.04.2002

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

Tal requerimento atende solicitação da diretora da Escola Tia Paula- Educação Infantil e Ensino Fundamental, Rosi Fabris, que pede que o aparelho seja instalado no pátio coberto da escola. De acordo com ela, a Escola atende atualmente 460 alunos, que por causa das obras que estão sendo realizadas pela prefeitura de Curitiba, na Avenida Iguaçu, estão impossibilitados de utilizar o aparelho que se encontra nesta Avenida. A referida escola está situada na Avenida Iguaçu, 2810, esquina com a Rua Carneiro Lobo, em Curitiba/PR.

REQUERIMENTO Nº 676

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Jaime Lerner, no sentido de determinar aos órgãos competentes, para estudarem a possibilidade de incluir o Cine Morgenau, da Capital, entre os cinemas do interior que estão sendo amparados pelo Estado do Paraná.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao senhor Jorge de Souza, diretor-proprietário do Cine Morgenau.

Sala das Sessões, em 03.04.2002

(a) ANTOIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A notícia que o Cine Morgenau iria fechar a partir de ontem, levou um público diferente ao cinema para assistir a última exibição do filme Paixão de Cristo, apresentado toda a Sexta-Feira Santa há mais de 80 anos. Cada espectador que chegava alimentava a esperança do proprietário do cinema, senhor Jorge de Souza, em ver o Cine Morgenau reaberto em outro espaço.

Na última sexta-feira da Paixão, muita gente resolveu prestigiar o cinema mais antigo do Estado do Paraná, demonstrando solidariedade ao exibidor.

O Cine Morgenau que foi fundado em 1919 no Bairro Cristo Rei infelizmente está encerrando as portas por dificuldades financeiras. E, para fechar com toda honra, exibiu a velha cópia em preto e branco da Paixão de Cristo. Quem sabe essa data não ajuda o Cine Morgenau a ressuscitar? Esperamos que sim, pois, contamos com a sensibilidade do governador Jaime Lerner, para determinar a ajuda tão necessária.

Como estamos falando na sexta-feira da Paixão, e, para tentar sensibilizar a todos, vamos transcrever o Hino da Fraternidade cantado e rezado na última sexta-feira, onde também acompanhamos com tanta devoção.

“A necessidade era tanta e tamanha que a fraternidade saiu em campanha, andou pelos vales subiu as montanhas, foi levar o seu pão. A dor era tanta, a injustiça tamanha que a luz de Jesus que seu povo acompanha, o iluminou para viver em campanha, em favor dos irmãos. Um só coração e uma só alma. Um só sentimento em favor dos pequenos. E o desejo feliz de tornar o país mais irmão e fraterno. Vão fazer de nós, povo do senhor, construtores do amor, operários da paz, mais fiéis a Jesus. Vão fazer nossa Igreja, uma Igreja mais santa e mais plena de luz. Erguer as mãos com alegria, mas repartir também o pão de cada dia”.

REQUERIMENTO Nº 686

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Transportes e ao Exmo. Sr. diretor-geral do Departamento de Estradas de Rodagem-DER, solicitando

providências junto à Rodovia das Cataratas para a execução das transposições da BR-277 e de vias marginais locais do trecho duplicado, no perímetro urbano do município de Cascavel, conforme estudos técnicos, sendo necessário o que segue abaixo.

1 - Transposição em desnível (viaduto na interseção entre a Rua da Laminadora (ao norte da rodovia) e a Estrada da Pedreria (ao sul da rodovia);

2 - Transposição em desnível (viaduto) entre a Rua Souza Naves e a BR-277, acesso ao bairro 14 de novembro (Petrocon);

3 - Transposição em desnível (viaduto) entre a Rua 8 de Maio e a BR-277;

4 - Transposição em desnível (viaduto) no Trecho Cataratas, que dá acesso aos municípios de Toledo e Corbélia.

Sala das Sessões, em 03.04.2002

(a) IRINEU COLOMBO

JUSTIFICATIVA:

Faz-se mister que a empresa Rodovia das Cataratas realize a execução das transposições da BR-277 e de vias marginais locais no trecho duplicado no perímetro urbano do município de Cascavel, a fim de minimizar os problemas de fluidez do tráfego e de segurança advindos do alto grau de complexidade do trecho em questão, que mistura o meio urbano e rodoviário, dividindo o lado sul da cidade de Cascavel.

Segundo dados da Prefeitura Municipal de Cascavel, no ano de 2000 dos 473 acidentes ocorridos no trecho da BR 277 compreendido entre Laranjeiras do Sul e Capitão Leônidas Marques, 204 foram no perímetro urbano de Cascavel. Ou seja, quase 50% dos acidentes ocorreram neste trecho.

De acordo com o estudo de Planejamento Operacional do Sistema Rodoviário concedido à Rodovia das Cataratas, realizado pela empresa Vetec, em novembro de 2001, sobre o trecho urbano de Cascavel, aponta as principais causas de acidentes que são: o grande número de acessos diretos à rodovia; a travessia de pedestres; o aumento do volume veicular (de carros) devido ao tráfego urbano, a mistura de tráfego rodoviário com tráfego urbano e as dificuldades em se efetuar manobras de ultrapassagem.

Para a empresa com a duplicação das pistas não serão mais permitidas transposições em nível, verificando-se então a necessidade da implantação de uma nova transposição em desnível (viadutos). A Vetec também alerta para a importância da implantação de vias marginais locais ao longo do trecho urbano duplicado, “pois elas permitem o acesso às transposições e retornos sem a necessidade de se utilizar o leito da rodovia, sendo extremamente importantes para garantir a segurança e a distribuição do tráfego urbano local, os acessos à rodovia podem ser restritos a pontos localizados, com geometria adequada, minimizando-se os riscos de acidentes”.

Por tudo isso, solicitamos às senhoras e senhores deputados, a aprovação deste requerimento e reafirma-

mos a necessidade da execução das seguintes obras: Transposição em desnível (viaduto) na interseção entre a Laminadora (ao norte da rodovia) e a Estrada da Pedreira (ao sul da rodovia); transposição em desnível (viaduto) entre a Rua Souza Naves e a BR-277, acesso ao bairro 14 de Novembro (Petrocon), transposição em desnível (viaduto) entre a Rua 8 de Maio e a rodovia; transposição em desnível (viaduto) no Trevo Cataratas, que dá acesso aos municípios de Toledo e Corbélia, conforme croqui em anexo.

REQUERIMENTO Nº 687

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente a Rodovia das Cataratas, solicitando informações sobre a execução das transposições da BR-277 e de vias marginais locais do trecho duplicado, no perímetro urbano do município de Cascavel, conforme estudos técnicos, sendo necessário o que segue abaixo:

1 - transposição em desnível (viaduto na interseção entre a Rua da Laminadora (ao norte da rodovia) e a Estrada da Pedreira (ao sul da rodovia);

2 - transposição em desnível (viaduto) entre a Rua Souza Naves e a BR-277, acesso ao bairro 14 de novembro (Petrocon);

3 - transposição em desnível (viauto) entre a Rua 8 de Maio e a BR-277;

4 - transposição em desnível (viaduto) no Trecho Cataratas, que dá acesso aos municípios de Toledo e Corbélia.

Sala das Sessões, em 03.04.2002

(a) IRINEU COLOMBO

JUSTIFICATIVA:

Faz-se mister que a empresa Rodovia das Cataratas realize a execução das transposições da BR-277 e de vias marginais locais no trecho duplicado no perímetro urbano do município de Cascavel, a fim de minimizar os problemas de fluidez do tráfego e de segurança advindos do alto grau de complexidade do trecho em questão, que mistura o meio urbano e rodoviário, dividindo o lado sul da cidade de Cascavel.

Segundo dados da Prefeitura Municipal de Cascavel, no ano de 2000 dos 473 acidentes ocorridos no trecho da BR 277 compreendido entre laranjeiras do Sul e Capitão Leônidas Marques, 204 foram no perímetro urbano de Cascavel. Ou seja, quase 50% dos acidentes ocorreram neste trecho.

De acordo com o estudo técnico do Sistema Rodoviário concedido à Rodovia das Cataratas, sobre o trecho urbano de Cascavel, aponta as principais causas de acidentes que são: o grande número de acessos diretos à rodovia; a travessia de pedestres; o aumento do volume veicular (de carros) devido ao tráfego urbano, a mistura de tráfego rodoviário com tráfego urbano e as dificuldades em se efetuar manobras de ultrapassagem.

Por tudo isso, solicitamos às senhoras e senhores deputados, a aprovação deste requerimento e reafirmamos a necessidade da execução das seguintes obras: Transposição em desnível (viaduto) na interseção entre a Laminadora (ao norte da rodovia) e a Estrada da Pedreira (ao sul da rodovia); transposição em desnível (viaduto) entre a Rua Souza Naves e a BR-277, acesso ao bairro 14 de Novembro (Petrocon), transposição em desnível (viaduto) entre a Rua 8 de Maio e a rodovia; transposição em desnível (viaduto) no Trevo Cataratas, que dá acesso aos municípios de Toledo e Corbélia, conforme croqui em anexo.

REQUERIMENTO Nº 665

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve REQUER que, após ouvido o Plenário da Casa, sejam solicitados a S. Exa. o Sr. Wilson Justus Soares, secretário de Estado dos Transportes, em caráter de urgência, serviços de conservação (tapa-buracos, limpeza de canaletas e corte do mato nas laterais da estrada) da estrada estadual que liga Siqueira Campos a Salto do Itaré.

(a) Sala das Sessões, em 03.04.2002

(a) HERMES FONSECA

JUSTIFICATIVA:

Além do mato invadindo a pista e das canaletas obstruídas, a estrada totalmente esburacada.

Se a conservação não for feita com urgência, os prejuízos aumentarão cada vez mais para o Estado.

REQUERIMENTO Nº 666

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, REQUER que, após ouvido o Plenário da Casa, sejam solicitados a S. Exa. o Sr. Wilson Justus Soares, secretário de Estado dos Transportes, reparos na pista em caráter de urgência, na estrada estadual que liga Pirai do Sul a Ventania.

Sala das Sessões, em 03.04.2002

(a) HERMES FONSECA

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de uma importante ligação entre o Sul e o Norte do Estado.

Há um trecho da estrada totalmente esburacado, provocando avarias nos veículos que por lá trafegam (estouro de pneus, rodas e suspensão danificadas); além de aumentar consideravelmente a probabilidade de acidentes.

REQUERIMENTO Nº 681

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de determinar policiamento, no período noturno, em frente à Escola Estadual Maria Montessori, sito à Rua Guilherme Ihlenfeldt - Bairro Tingüi, tendo em vista a

presença de traficantes de drogas no local, os quais causam muito perigo e medo aos alunos desse estabelecimento.

Pede-se urgência no atendimento do presente.

Sala das Sessões, em 03.04.2002.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 682

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos pais de alunos das Escolas Estaduais Maria Aguiar Teixeira e Oriental República do Uruguai, localizadas à Avenida Presidente Afonso Camargo nº 3.407, que pedem patrulhamento policial nos horários de saída das aulas, tendo em visita a ocorrência constante de brigas entre os alunos.

Sala das Sessões, em 03.04.2002.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 683

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos moradores do bairro Paraíso - município de Rio Branco do Sul, os quais solicitam policiamento ostensivo nesse bairro, bem como em todo o município. Eles afirmam que o município encontra-se abandonado, sem policiamento e que toda a população encontra-se desprotegida e apreensiva.

Pedem urgência no atendimento do presente.

Sala das Sessões, em 03.04.2002.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 669

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, o adiante nominado, deputado com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa o envio de correspondência ao presidente da Sanepar e ao procurador-geral de Justiça do Paraná, solicitando dos mesmos providências no sentido de suspender o corte de abastecimento de água no Conjunto José Belinati, zona norte de Londrina, mantendo o parcelamento das contas de consumo de água daquele bairro e efetuando novo parcelamento sobretudo dos cidadãos desempregados.

Solicita-se, outrossim, seja dada ciência desta correspondência ao presidente da Associação do Conjunto José Belinati, senhor Aldemiro dos Santos.

É lamentável o que vem ocorrendo com o corte do abastecimento da água em residências cujos moradores estão desempregados, em flagrante desrespeito ao Código

de Defesa do Consumidor, haja vista se tratar de serviço essencial.

No dia 1º de abril foram retirados os cavaletes de água de algumas casas do bairro.

Várias famílias ficaram um ano sem pagar a conta da água, por força de liminar obtida pela Promotoria de Defesa do Consumidor de Londrina. A liminar proibia o corte do abastecimento da água de quem não pagasse pontualmente a conta.

Em primeira instância o Ministério Público obteve sucesso na ação, perdendo, entretanto, no Tribunal de Justiça.

De acordo com o presidente da Associação de Moradores do Conjunto José Belinati, Aldemiro dos Santos, aproximadamente 50 (cinquenta) famílias estão nessa situação.

Para efetuar os cortes do abastecimento, os funcionários da Sanepar realizam o serviço escoltados pela Polícia Militar.

Os moradores do Conjunto José Belinati não se recusam a pagar as dívidas, contudo, querem efetuar o pagamento com parcelas condizentes com os salários que percebem. Já os desempregados esperam por um prazo de carência, até que consigam trabalho.

O valor do parcelamento é inviável para a maioria das famílias daquele bairro da zona norte londrinense. O servente de pedreiro desempregado Claiton Teixeira está pagando 36 parcelas de R\$69,00. No mês de abril ele deveria pagar R\$176,00 de água, mas consegue ganhar R\$180,00 mensais com os bicos que faz. Esse cidadão não pagou a conta porque não tem condições e necessita de parcelamento condizente com a respectiva situação financeira. Esclarece ainda esse trabalhador que sua mulher está grávida e ainda nem compraram roupas para o bebê, que nasce nos próximos dias, porque não têm dinheiro.

Já na casa de Sueli Alves da Silva, que teve a água cortada no dia 1º de abril, todos estão desempregados. Essa moradora, assim como os demais, afirmam que deixaram de pagar as contas orientadas pelo representante do Ministério Público da Promotoria de Defesa do Consumidor de Londrina à época.

Em razão do exposto, é essencial analisar a situação dos moradores do Conjunto José Belinati, evitando o corte do abastecimento da água, que é serviço essencial cuja cobrança pode ser feita através dos meios legais.

Sala das Sessões, em 03.04.2002.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

REQUERIMENTO Nº 684

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER a inserção nos Anais desta Casa de Leis da coluna do jornalista Fábio Campana publicada no jornal Gazeta do Povo do dia de hoje, 03 de

abril de 2002, intitulada: “Algo de Podres”, anexo ao presente.

Sala das Sessões, em 03.04.2002.

(a) CAÍTO QUINTANA

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 004/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica a Comissão Executiva desta Casa, autorizada a financiar 50% (cinquenta por cento) das mensalidades dos nossos servidores matriculados em faculdades.

Art. 2º - Para o cumprimento do artigo anterior, o estudante deverá apresentar mensalmente à diretoria geral da Assembléia Legislativa declaração da faculdade afirmando estar o aluno nominado inscrito em qual curso, bem como a importância mensal devida.

Art. 3º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.04.2002.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A globalização da economia está mudando as relações de trabalho entre empresas e funcionários.

Hoje, as empresas estão adotando uma nova cultura investindo em seus próprios colaboradores, buscando novos valores baseados no relacionamento humano, cujos servidores preferem investir em seu futuro profissional e buscam no trabalho um sentido maior do que simplesmente um meio de sobrevivência.

As próprias empresas estão convencidas que o seu futuro depende de um outro tipo de profissional, mais ativo, inovador, com resultados positivos essencialmente técnicos. Apostar no capital humano tornou-se uma vantagem competitiva.

A Assembléia Legislativa possui em seu quadro, funcionários competentes, porém, necessitam de motivação. Aqui internamente resolveremos todos os nossos problemas, buscando dentro do nosso quadro de servidores, ambiente que seja favorável ao fazer, e não somente ao pensar, identificando os talentos internos, que se tornarão gestores empreendedores.

Necessitamos valorizar os nossos talentos profissionais. É preciso inovação, mudança e a habilidade que estimulem a lealdade e a determinação pela força do trabalho.

Com este plano de lei, aprovado, temos certeza que estaremos dando o primeiro passo. Quanto ao segundo, um novo quadro bem organizado estará concluído definitivamente os nossos problemas.

Esperamos pois, o apoio e a aprovação por todos os colegas deputados para dar sustentáculo à douta Comissão Executiva.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 168/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Conselho da Comunidade, com sede e foro no município de Catanduvas-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.04.2002.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O Conselho da Comunidade de Catanduvas é uma entidade sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que visa prestar assistência aos presos dos municípios de Três Barras do Paraná e Ibema, planejar, acompanhar e executar projetos de ação comunitária ligados à preservação da delinquência, organizar, administrar e fiscalizar a prestação de serviços às comunidades, pelos sentenciados.

A documentação que instrui o presente plano de lei atende os requisitos da lei reguladora da matéria, motivo que nos leva a solicitar o apoio dos nobres pares desta Casa à sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 169/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a ceder os direitos de uso à APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do município de Formosa do Oeste, do imóvel localizado no perímetro urbano daquele município, com área de 6.345,92 m² (seis mil, trezentos e quarenta e cinco metros e noventa e dois centímetros quadrados) de propriedade do Estado do Paraná, constituído pelo lotes de nº 01 a 13 da quadra nº 73, sem benfeitorias, conforme transcrição nº 20.857, lavrada as folhas 220, do livro 3-AM, do Cartário do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Cascavel.

Art. 2º - O imóvel de que trata o artigo 1º desta lei, cedido para a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do município de Formosa do Oeste, será utilizado para a construção de um “parque de eventos” para uso da APAE e demais entidades e órgãos municipais, tendo esta cessão de uso a duração de 10 (dez) anos, prorrogáveis por mais períodos iguais, mediante consenso entre as partes, não podendo ser utilizado para

outras finalidades, sob pena de tornar-se automaticamente sem efeito, ficando ainda, a APAE, responsável pela guarda, proteção e conservação do bem cedido, bem como pelas medidas necessárias ao fiel cumprimento do termo.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.04.2002.

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

O imóvel objeto da presente proposição encontra-se em lamentável estado de abandono, sem utilidade alguma, servindo apenas para depósito de lixo, conforme comprova-se pelas fotos anexadas à proposição.

O imóvel está localizado em frente às instalações da APAE do município de Formosa do Oeste, fator que, sem dúvida alguma facilitará a guarda e manutenção do imóvel pela entidade, que se propõe, através de parceria com o Poder Executivo Municipal e empresários da região, construir um “parque de eventos” possibilitando a realização da maior festa regional - “Encontro de Cowboys” - promovido pela entidade, bem como abrigar as demais atividades e eventos municipais.

Desta forma, em reconhecimento ao trabalho que a APAE vem realizando no município e por se tratar de matéria de elevado mérito, solicito o apoio dos parlamentares desta Casa de Leis para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 170/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o declarada de Utilidade Pública de Moradores e Agricultores Dois Irmãos, com sede e foro no município de Palotina.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.04.2002.

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Moradores e Agricultores Dois Irmãos, fundada em 11.03.88, com personalidade jurídica, reconhecida desde 05.09.2000, é uma entidade civil, sem fins lucrativos, que tem por finalidade primordial, promover a união, a amizade e desenvolver o espírito comunitário entre seus associados.

Da documentação que anexamos à presente proposição, entendemos que a associação preenche todos os requisitos exigidos pela lei que regulamenta a matéria.

Por essa razão, submetemos o presente plano de lei à consideração dos nobres deputados, esperando para o mesmo seu apoio e aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 171/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Agricultores São Miguel de Cinco Mil, com sede e foro no município de Palotina.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.04.2002.

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Moradores e Agricultores São Miguel de Cinco Mil, fundada em 03 de março de 1999, sem fins lucrativos, tendo sua personalidade jurídica reconhecida desde 16.09.99, tem por finalidade promover a união, a amizade, o espírito comunitário e principalmente ajuda mútua entre seus associados.

Da documentação que anexamos à presente proposição, comprova que a Associação preenche todos os requisitos exigidos pela Lei nº 6449/78, que regulamenta a matéria.

Considerando o excelente trabalho que a associação vem desenvolvendo em benefício da comunidade, cumprindo as reais finalidades para as quais foi criada, nada mais justo que seja reconhecida de utilidade pública, para cuja proposição contamos com o apoio dos nobres pares com assento nesta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 172/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Agricultores La Salle, com sede e foro no município de Palotina.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.04.2002.

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Moradores e Agricultores La Salle, que ora se pretende declarar de Utilidade Pública, constitui uma entidade civil, sem fins lucrativos, fundada em 02.09.91, no município de Palotina, tem por finalidade primordial, promover a união, a amizade e desenvolver o espírito comunitário de seus associados.

Reconhecida sua personalidade jurídica desde o ano de sua fundação, e dado o seu caráter assistencial sem fins lucrativos, as despesas vêm sendo mantidas através de contribuições e promoções da comunidade, num esforço conjunto e dedicação daqueles que à frente de sua

administração, objetivam contribuir para uma sociedade melhor e mais humana.

Diante do exposto e da documentação que anexamos ao presente projeto de lei entendemos que a Associação de Moradores e Agricultores La Salle, preenche todos os requisitos exigidos pela Lei nº 6994/78, razão pela qual esperamos receber total apoio dos representantes desta Casa.

PROJETO DE LEI Nº 173/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Fundação Força Trabalhista do Paraná - Fotrapar, com sede e foro na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.04.2002.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

JUSTIFICATIVA:

A referida instituição, no desenvolvimento de seus objetivos prestará, gratuitamente, serviços relevantes à coletividade que representa, e demais segmentos da sociedade, além de desenvolver projetos nas áreas de educação, cultura, especialmente, esportes, firmando inclusive, convênios com órgãos públicos e privados, visando o bem comum e o desenvolvimento comunitário.

Face ao exposto, considerando a relevância dos trabalhos prestados pela Fundação Força Trabalhista do Paraná, em prol da comunidade, solicito aos nobres pares a apreciação e aprovação do projeto de lei em epígrafe.

PROJETO DE LEI Nº 174/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o Centro Integrado e Apoio Profissional, com sede e foro no município de Londrina.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03.04.2002.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

JUSTIFICATIVA:

O Centro Integrado e Apoio Profissional exerce atividades de fato desde 1997 adquirindo personalidade jurídica em março de 2001.

Já no ano de 1997, a entidade efetuou pesquisa sobre as diversas entidades que prestam serviços na área de saúde, realizando palestras com profissionais dessas entidades. Nesse mesmo ano, promoveu campanha bene-

ficente em prol do Hospital do Câncer de Londrina, arrecadando alimentos e materiais de higiene.

Em outubro de 1997, a instituição efetuou campanha de orientação sobre os malefícios causados à saúde pela auto-medicação, distribuindo folhetos sobre o tema. Esse trabalho foi realizado no Calçadão, região central de Londrina.

Além do tema auto-medicação, a entidade também realiza atos informativos sobre hipertensão, Aids, drogas e doação de órgãos, participando inclusive da exposição agropecuária de Londrina, levando esses temas para os visitantes daquela feira.

Enfim, poderíamos falar ainda mais sobre o trabalho dedicado da entidade, mas levaríamos folhas e mais folhas expondo as imprescindíveis atuações do Centro Integrado e Apoio Profissional.

Em razão do trabalho beneficente efetivamente realizado, a entidade merece o título de utilidade pública estadual.

PROJETO DE LEI Nº 175/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica reconhecido o uso da assinatura digital, que terá como finalidade a validação jurídica dos documentos eletrônicos usados pela administração pública estadual ou por terceiros nas relações com esta.

Art. 2º - Para efeito desta lei, considera-se:

I - documento eletrônico: a informação gerada, enviada, recebida, armazenada ou comunicada por meios eletrônicos, ópticos, opto-eletrônicos ou similares;

II - assinatura digital: resultado de um processamento eletrônico de dados, baseado em sistema criptográfico assimétrico, que permite provar a autoria e a integridade de um documento eletrônico cifrado pelo autor com uso da chave privada;

III - criptografia assimétrica: modalidade de cifra-gem que utiliza um par de chaves distinta e interdependentes, denominadas chaves pública e privada, de modo que a mensagem codificada por uma das chaves só possa ser decodificada com o uso da outra chave do mesmo par.

Parágrafo Único - O Poder Público determinará a aplicação das disposições constantes desta lei para a assinatura digital a outros processos que satisfaçam os requisitos operacionais e de segurança daquela.

Art. 3º - As declarações constantes de documento eletrônico presumem-se, em todas as transações com a administração estadual, verdadeiras em relação ao signatário público ou privado, desde que a assinatura digital:

I - seja única e exclusiva para todo o documento assinado;

II - seja passível de verificação pública;

III - seja gerada com chave privada pertencente ao signatário e mantida sob seu exclusivo controle;

IV - esteja ligada ao documento eletrônico de tal modo que se o conteúdo deste se alterar, a assinatura digital estará invalidada;

V - não tenha sido gerada posteriormente à expiração, revogação ou suspensão das chaves.

Art. 4º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor 90 (noventa) dias, contados da data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03.04.2002.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

JUSTIFICATIVA:

O desenvolvimento tecnológico é fato notório, aproximando as distâncias e tornando a comunicação no mundo muito mais rápida.

A internet é instrumento de rápida comunicação, independente de onde se encontrem as pessoas.

Esse novo mundo virtual tem popularizado o documento eletrônico, substituindo outros tipos de documentos existentes. As pessoas, a cada dia, acostumam-se mais a usar a rede mundial para pagar contas, fazer compras e inúmeros bens.

Também a administração pública do Estado está buscando essa modernidade, posto que os cidadãos podem usar uma gama incontável de serviços públicos através da internet.

Cabe salientar que não é só no contato com os cidadãos que a administração pública utiliza a comunicação eletrônica. Entre os próprios órgãos da administração são utilizadas trocas de mensagens.

Com o advento das assinaturas eletrônicas e os certificados eletrônicos, já é possível preservar a integridade e conhecer a autoria de um documento eletrônico, o que traz segurança para os negócios realizados pela internet ou por meios de transmissão eletrônicas de dados.

PROJETO DE LEI Nº 176/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - A contratação de controladores de velocidade no Estado do Paraná fica limitada às condições estabelecidas nesta lei.

Parágrafo Único - Considera-se controladores de velocidade para fins de fiscalização os equipamentos com a finalidade de exercer o controle e a fiscalização do trânsito por meios mecânicos, elétricos e eletrônicos.

Art. 2º - O Estado do Paraná e as prefeituras conveniadas poderão somente contratar controladores de velocidade para fins de fiscalização, aqueles que possuírem avisos sonoros e luminosos do excesso de velocidade,

permitindo ao usuário ser informado do excesso de velocidade cometido, conforme determina a Resolução 801/95, do Contran.

Art. 3º - É defeso ao Estado e as prefeituras conveniadas a deflagração do processo de aquisição de controladores de velocidade para fins de fiscalização mediante previsão consignada na lei orçamentária anual em vigência.

§ 1º - Incumbe aos órgãos adquirentes de equipamentos de controle de velocidade para fins de fiscalização, exigindo processo licitatório pertinente, a concessão de garantia incondicional de, no mínimo vinte e quatro meses, de forma a desonerar o erário de qualquer pagamento referente à manutenção neste período.

§ 2º - Após a data de termo dos contratos vigentes relacionados à manutenção de equipamentos instalados, havendo a renovação ou nova contratação, esta limitar-se-á ao valor de um por cento, mensais do custo médio atual dos equipamentos para a remuneração dos serviços necessários à manutenção e às aferições.

Art. 4º - É permitido a título de remuneração pelos serviços necessários às aferições incumbidas aos órgãos oficiais a contratação do fornecedor ou de prestador de serviços, o pagamento de até meio por cento do valor do equipamento instalado.

Art. 5º - No caso de qualquer tipo de contratação de equipamento controlador de velocidade para fins de fiscalização, o respectivo contrato deverá prever o local onde este deverá ser instalado, não sendo admitida a recolocação do equipamento sobre o mesmo termo contratual.

Parágrafo Único - O custo da locação é limitado em um por cento do valor médio do equipamento na data da contratação, não podendo o contrato estender por período superior a vinte e quatro meses. A instalação de controladores de velocidade para fins de fiscalização no Estado do Paraná, deverá estar sempre associada às estatísticas de acidentes de trânsito e grau de periculosidade do local de sua instalação.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.04.2002.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

Os paranaenses estão muito insatisfeitos com as maneiras de que são multados. Este projeto objetiva acabar com este feito que tanto desagrade nossos cidadãos, utilizando para fins de fiscalização controladores de velocidade que possuírem avisos sonoros e luminosos do excesso de velocidade, permitindo ao condutor ser informado do excesso de velocidade cometido.

Utilizando-se de controladores de velocidade escondidos e, sem avisos sonoros e luminosos, estar-se-á

desta forma apenas punindo os condutores, sendo que o objetivo deveria ser educar os mesmos, para que desta forma possamos ter um trânsito mais seguro e eficaz.

Face aos indicadores de pesquisa, a nível nacional, com os altos índices de acidentes, alguns deles levando os ocupantes dos veículos ao óbito, e a constante preocupação da sociedade é que foi criado esse projeto de lei.

Este projeto visa também, além da prevenção, a educação no trânsito e não só a arrecadação, como é no caso de controladores de velocidade “escondidos”.

Daí as razões deste projeto.

PROJETO DE LEI Nº 177/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores da Comunidade do Rio Barreiro, do município de Quarto Centenário.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.04.2002.

(a) ELI GHELLERE

JUSTIFICATIVA:

Esse projeto visa dotar a entidade de condições legais que valorizem ainda mais as suas atividades, considerando sua importância no contexto social da comunidade.

Tendo como finalidade fundamentais: identificar, mobilizar, formar novos grupos de voluntários, no intuito de resolver os problemas comuns dos moradores, adquirir recursos e melhorias para a comunidade. Promovendo a união e a harmonia entre todos sem exceções, e ainda, representar as cinquenta e cinco famílias existentes na comunidade em juízo ou fora dele, em questões que se refere ao interesse de todos.

PROJETO DE LEI Nº 178/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Estadual de Londrina, com sede e foro no município de Londrina.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.04.2002.

(a) DURVAL AMARAL

JUSTIFICATIVA:

A Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Estadual de Londrina, criada em março de

1999, é uma sociedade civil sem fins lucrativos e está localizada no município de Londrina - Estado do Paraná.

Possui caráter educacional e social, de duração indeterminada, tentando por finalidade, colaborar com a Universidade Estadual de Londrina, através de apoio e fomento de projetos de desenvolvimento de ensino, da pesquisa, da cultura, do desenvolvimento tecnológico e da extensão universitária; prestar serviços técnicos e científicos à sociedade. Conceder bolsa de estudos dentre outros objetivos.

Pela importância de seu trabalho, indicado nos documentos em anexo, solicitamos a declaração de Utilidade Pública da instituição.

PROJETO DE LEI Nº 179/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - No Estado do Paraná, o piso salarial dos empregados integrantes das categorias profissionais, que não tenha sido definido em lei federal, convenção ou acordo coletivo de trabalho, será de R\$300,00 (trezentos reais).

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.04.2002.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O aumento de 11,01% do salário-mínimo para R\$200,00 (duzentos reais), em vigor desde hoje, de acordo com o Dieese no Paraná, descontando-se a inflação dos últimos 12 meses, o valor real de incremento do salário-mínimo na economia paranaense cai de R\$21 milhões para 03 milhões. O reajuste real do salário-mínimo foi de apenas 1,5% já que 9,37% correspondem à reposição da inflação. Este percentual é muito baixo, considerando que o reajuste dado pelo Governo Federal em 2001 foi de 12% acima da inflação.

Pelos cálculos do Dieese, o valor justo do salário mínimo, para atender às necessidades básicas do trabalhador previsto na Constituição Federal seria de R\$1.084,00.

O trabalhador que ganha salário-mínimo não consegue nem comprar a alimentação para sua família, quanto mais fazer frente aos preços administrados pelo Governo.

O salário-mínimo de hoje, representa 30% do que valia quando foi criado em 1940.

O senhor governador Jaime Lerner, recentemente encaminhou a esta Casa, mensagem propondo abono de R\$100,00 (cem reais) mensal, com isso, o mínimo passou a R\$300,00 (trezentos reais). A Assembléia não só aprovou a mensagem governamental, como aprovou idêntico abono aos servidores desta Casa, do Tribunal de Justiça e do Tribunal de Contas.

Alguns Estados como o Rio de Janeiro, estão adotando já há vários anos, salário-mínimo diferenciado. Por esta razão, em virtude da própria lei permitir, estamos apresentando este plano de lei que esperamos seja aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 180/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - O artigo 1º da Lei nº 13.452 passa a vigorar com a seguinte redação: “Art. 1º - Os hotéis estabelecidos no Estado do Paraná ficam obrigados a manterem, para uso de seus hóspedes, um mínimo de cinco unidades de preservativos de látex, em cada apartamento.”

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.04.2002.

(a) SÉRGIO SPADA

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição tem o objetivo de alterar a lei nº 13.452, que determina a obrigatoriedade dos hotéis e motéis do Paraná a manterem preservativos em seus aposentos, para uso dos hóspedes. A proposta é no sentido de excluir desta obrigatoriedade os hotéis.

Entendemos que no caso dos hotéis, a exigência é pertinente e demonstra a preocupação do nobre colega deputado Luiz Carlos Alborghetti em conscientizar e colaborar com a preservação da saúde de nossa população. O mesmo porém, no meu entender, não se aplica aos hóspedes dos hotéis, visto que o objetivo principal deste tipo de estabelecimento diverge do primeiro.

Segundo proprietários de hotéis, a manutenção de preservativos nos aposentos, bem como a colocação de cartazes alertando para os riscos da não utilização deste produto é inconveniente e equipara os hotéis aos motéis, comparação não aceita por alguns frequentadores.

Diante do exposto, sugerimos a presente alteração na lei, cientes de que tal modificação além de não causar prejuízos ao povo paranaense não vai expor os hóspedes dos hotéis do Estado a situações desconfortáveis.

PROJETO DE LEI Nº 181/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - A contratação de controladores de velocidade no Estado do Paraná fica limitada às condições estabelecidas nesta lei.

Parágrafo Único - Considera-se controladores de velocidade para fins de fiscalização os equipamentos com a finalidade de exercer o controle e a fiscalização do trânsito em rodovias estaduais, por meios mecânicos, elétricos e eletrônicos.

Art. 2º - Fica assegurado ao Estado do Paraná a contratação de controladores de velocidade para fins de fiscalização, àqueles que possuírem avisos sonoros e luminosos do excesso de velocidade, permitindo ao usuário ser informado do excesso de velocidade cometido, conforme determina a Resolução 801/95, do Contran.

Art. 3º - É proibido ao Estado a deflagração do processo de aquisição de controladores de velocidade para fins de fiscalização mediante financiamento, tanto pelo fornecedor quanto por instituições financeiras.

§ 1º - Incumbe aos órgãos adquirentes de equipamentos de controladores de velocidade para fins de fiscalização, exigir no processo licitatório pertinente, a concessão de garantia incondicional de, no mínimo doze meses, de forma a desonerar o erário de qualquer pagamento referente à manutenção neste período.

§ 2º - Após a data de termo dos contratos vigentes relacionados à manutenção de equipamentos instalados, havendo a renovação ou nova contratação, esta limitar-se-á ao valor de 1% (um por cento), mensais do custo médio atual dos equipamentos para a remuneração dos serviços necessários à manutenção e às aferições.

Art. 4º - É permitido a título de remuneração pelos serviços necessários às aferições incumbidas aos órgãos oficiais a contratação do fornecedor ou de prestador de serviços, o pagamento de até meio por cento (0,5%) do valor do equipamento instalado.

Art. 5º - No caso de qualquer tipo de contratação de equipamento controlador de velocidade para fins de fiscalização, o respectivo contrato deverá prever o local onde este deverá ser instalado, não sendo admitida a recolocação do equipamento sobre o mesmo termo contratual.

Parágrafo Único - O custo da locação é limitado em um por cento (1%) do valor médio do equipamento na data da contratação, não podendo o contrato estender por período superior a vinte e quatro meses. A instalação de controladores de velocidade para fins de fiscalização nas rodovias estaduais, deverá estar sempre associada às estatísticas de acidentes de trânsito e grau de periculosidade do local de sua instalação.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.04.2002.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A indústria de multas. Esta seria a nomenclatura correta para designar a febre que tem assolado a população e feito desenvolver um segmento de empresas de eletrônica neste país.

O “crescimento” desse setor, evidentemente, tem sido financiado pelo contribuinte, via de regra denomi-

nada de infrator, que excede a velocidade determinada para um trecho rodoviário.

Não nos insurgimos contra a necessidade de controles públicos. Pelo contrário, reputamos válidos na medida que estes propiciam o desenvolvimento do espírito cívico, da responsabilidade e do respeito.

O que ocorre, entretanto, é que o cidadão constata a construção de uma malha asfixiante que lhe impõe gravames exagerados. Não obstante, ainda assim não há como discordar da legitimidade das administrações públicas de atuarem desta forma.

Mesmo que concordemos com a inexorabilidade desse processo de controle estatal, é preciso que se tenham claras algumas premissas mínimas de razoabilidade.

1 - Que tais controladores de velocidade sejam instalados em locais que apresentam altos índices de acidentes e elevado grau de periculosidade.

2 - Que os controladores de velocidade sejam detectados e perfeitamente visíveis aos usuários das rodovias, mediante a aposição de placas e sinais.

Em razão da renovação dos contratos de concessão dos serviços atuais e que está por vir, pretendemos abrir a discussão sobre essa relevante matéria. Não pretendemos, evidentemente, esgotar nesta proposição o sentimento legiferante da Assembléia Legislativa. Pelo contrário, apresentamos esta proposta na expectativa de que os nobres companheiros apresentem suas contribuições que, por certo, haverão de colaborar e melhorar o Projeto.

PROJETO DE LEI Nº 182/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizada a ampliação da Pequena Central Hidrelétrica São Jorge I, com eixo de barragem localizado no Rio Pitanga, município de Pitanga-PR.

Art. 2º - A ampliação da PCH - Pequena Central Hidrelétrica, mencionada no artigo 1º, desta lei está condicionada ao cumprimento das normas ambientais emanadas pelo IAP - Instituto Ambiental do Paraná.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.04.2002.

(a) FERNANDO RIBAS CARLI

JUSTIFICATIVA:

A Pequena Central Hidrelétrica está sendo implantada na margem esquerda do Rio Pitanga (afluente da margem esquerda do Rio Ivaí) com capacidade de gerar 1200 KWh, para abastecer fábrica de papel.

O Rio Pitanga, na região onde se implantará a PCH, encontra-se com seu aspecto ambiental preservado. A Sudersha não apresentou qualquer oposição contra a utilização deste recurso hídrico.

A empresa exploradora da PCH, Inpopel Ind. Podolan de Papel Ltda., pretende expandir sua produção e necessita auto-suficiência em energia elétrica, para melhor competir no mercado.

A PCH São Jorge I situa-se numa área desprovida de unidades de geração elétrica, mas que, por outro lado, apresenta grande expectativa de desenvolvimento, a partir da cidade de Pitanga.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Antes de entrarmos no Pequeno Expediente, vamos conceder a palavra por cinco minutos para o vereador Gomide para transmitir um convite aos senhores parlamentares.

O SR. GOMIDE

Obrigado, senhor presidente, deputados, convidados e imprensa.

Faço um convite ao presidente da Casa, aos deputados e a todos os presentes, para participarem da Sessão Solene de homenagem dos 80 anos do PCdoB, agora na sexta-feira, dia 5, às 20h00. Vai ser um ato amplo, com a participação de senadores, deputados federais e diversos dos senhores - deputados que estarão presentes.

Eu quero reforçar o convite e seria muito importante que a gente pudesse fazer um ato muito amplo no sentido de homenagear os 80 anos da História do PCdoB.

V. Exas. sabem que o PCdoB foi fundado no dia 25 de março de 1922. De lá para cá tem sido a trajetória de sempre defender os interesses do Brasil. Teve erros, mas teve muitos acertos e todos os erros que teve foram com o objetivo de contribuir para um Brasil independente, soberano, para construir melhores condições de vida para a nossa população.

Então, dentro desse espírito de amplitude, dentro do espírito de defender a nossa população e o nosso país, o PCdoB chega, em 2002, para completar 80 anos de atividade política, o que, convenhamos, não é pouca coisa. É o partido mais antigo, em atividade, em nosso país. O PCdoB comemora 17 anos de atividade sob a égide de legalidade e o PCdoB colhe os frutos tanto no movimento sindical, popular, parlamentar.

Hoje temos dez deputados federais. É um avanço muito grande. Há 8 anos atrás tínhamos apenas cinco. Vem crescendo e defendendo a bandeira da unidade das forças progressistas, a amplitude no sentido de caminhar para conseguir melhores condições de vida para a população.

É esse o convite que faço a todos os parlamentares para que compareçam à Sessão Solene na Câmara Municipal de Curitiba, para comemorar os 80 anos de PC do B.

Obrigado, presidente Hermas Brandão.

O SR. NELSON GARCIA (Pela Ordem)

Senhor presidente, gostaria de registrar a presença do ex-prefeito e vereador de Mariluz, João Barbosa.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Fica registrado.

Não havendo oradores inscritos para o Pequeno Expediente e nem Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

Concedo a palavra ao deputado Geraldo Cartário, no Horário do PSL.

O SR. GERALDO CARTÁRIO

Senhor presidente, gostaria de agradecer-lhe em concordar que o veto que S. Exa. o governador colocou ao projeto que beneficia os integrantes das Polícias Militar e Civil, e será votado na terça-feira.

Senhor presidente, tenho acompanhado o bom trabalho que a CPI do Leite vem exercendo nesta Casa, ouvindo representantes de diversos segmentos e gostaria que esta Casa nos desse o direito de podermos encerrar a CPI dos Supermercados.

Nos levanta a dúvida de porquê um grupo português, Sonae, que chega ao Brasil, principalmente ao Paraná e compra propriedade por valores altíssimos e depois vende de um dia para o outro, começa a vender essas propriedades. Isso nos assusta, porque se fazia muito isso, através dos “segundeiros”, ou seja, através dos picaretas, aqueles que compravam por dez e imediatamente vendiam por cinco. Isso era desonestidade. Alguém estava perdendo com isso e nós, na condição de presidente da CPI dos Supermercados, que não a concluímos, gostaríamos de dar uma satisfação ao povo do Paraná, por que esse grupo tem tanto interesse em adquirir a rede de supermercados e imediatamente se desfazer deles, como é o caso de Cascavel, do Supermercado Monfatti, um dos homens mais íntegros do nosso comércio, Pedro Monfatti, ex-prefeito de Cascavel, no entanto ele me disse que o preço que ele pediu ao Grupo Sonae pela compra, o Sonae não discutiu sequer o preço. O preço que foi pedido, imediatamente, pagaram. ora, alguma coisa errada existe por aí, senhores deputados! Qual o interesse de comprar por cem e vender por trinta ou cinquenta? Aí levantamos a suspeita de que ou o povo português está sendo logrado e se trata de uma lavagem de dinheiro desse grupo ou aqui no Paraná, alguém está sendo enganado, ou é a fiscalização, ou é o Ministério da Fazenda através do Imposto de Renda ou é a Secretaria da Fazenda, mas que existe “rolo”, existe. Não é possível que alguém compre uma mercadoria por dez e venda por cinco e ainda apareça como grande grupo econômico que está chegando em nosso Estado.

Perguntamos, quem é que está levando vantagem? É o nosso consumidor? É a população de Curitiba que não encontra mais no supermercado as coisas que existiam no tempo do Mercadorama, ou será que os funcionários do Grupo Sonae estão levando vantagens a mais do que recebiam antes, no tempo do Mercadorama? Senhor presidente, quem está levando vantagens? O consumidor é que não é. Está sendo lesado, está sendo impedido de ter na prateleira o que realmente precisa.

O Sr. Augustinho Zucchi

V. Exa. me concede um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Concedo um minuto para V. Exa. concluir o seu pronunciamento.

O SR. GERALDO CARTÁRIO

Eu gostaria só, senhor presidente, antes de conceder aparte ao deputado Zucchi, de saber se é nosso hortifrutigranjeiro, aquele que planta alface, rabanete, tomate, batata, se é esse que está levando vantagem com esta vantagem de dinheiro que o grupo Sonae está fazendo aqui no Paraná.

Por isso, eu faço um apelo a V. Exa. e aos deputados, visto que a CPI da ALL está terminando, gostaríamos de ter o direito de concluirmos a CPI dos Supermercados com nossos companheiros, inclusive o relator, deputado Traiano, porque aí, sim, gostaríamos de clarear as coisas.

Sei que V. Exa., deputado Hermas Brandão, para facilitar o trabalho da CPI do Leite, autorizou que uma boa parte da documentação que nós conseguimos com o trabalho de nossos companheiros, que a CPI dos Supermercados entregasse à CPI do Leite, mas nós ficamos aqui indagando, até onde vai a responsabilidade? Porque estes grupos esmagam, estes grupos estão matando, ao ponto de o nosso advogado, que era advogado da CPI dos Supermercados, passar a integrar, como advogado, a Associação dos Supermercados do Paraná! Isso é um absurdo, senhor presidente! Precisamos clarear tudo isso!

Concedo o aparte ao deputado Augustinho Zucchi.

O Sr. Augustinho Zucchi

Deputado Cartário, agradeço a V. Exa. pelo aparte. Por várias vezes aqui me pronunciei, inclusive da conclusão da CPI que foi dada, pela Mesa, como conclusa. Não houve a concordância do relatório, por parte de V. Exa., inclusive.

Por algumas vezes me pronunciei aqui e disse o seguinte: nós temos que ficar de olho nas grandes redes de supermercados. É uma vergonha o que acontece no Paraná. Acho que a CPI dos Alimentos pode, deputado Geraldo Cartário, fazer parte da investigação com relação aos supermercados porque o que está ocorrendo com o setor de hortifrutigranjeiro, com o setor de lácteos, enfim com aquilo que se chama na verdade de atrativo do supermercado, é algo inominável! Não acredite V. Exa. a não ser que V. Exa. converse com o fornecedor para saber o que realmente está acontecendo nas grandes redes de supermercados.

Então, eu acho que esta CPI que estava funcionando e que ficou capenga, cujo relatório foi assinado por um, não foi assinado por outro, isso acabou! Nós temos que, sim, se V. Exa. permite, apenas uma sugestão, termos uma outra CPI de Supermercados. Aliás, para fazer o que esta CPI que esteve aqui não fez, de realmente

investigar o que estava ocorrendo nas grandes redes de supermercados, prejudicando, não apenas e tão somente, os supermercados pequenos, mas muito mais, os nossos consumidores.

O que se faz com os hortifrutigranjeiros, deputado Geraldo Cartário, é crime, crime! E nós ficamos aqui, apenas e tão somente a escutar e também alguns a nos dizer: “Mas vocês não tiveram uma CPI de Supermercados? Qual foi o resultado?” O resultado foi uma vergonha, uma vergonha, nada foi apurado, nada foi feito e hoje nós encontramos agricultores, consumidores, todo mundo revoltado com essa questão dos supermercados! Agora ressuscitar aquela CPI, não! Ao presidente, perguntei aqui, e disse: “Mas como é que vai ficar, vai encerrar? - Não, encerrou.” Ou se dá poderes para a CPI dos Alimentos apurar ou se faz outra CPI!

Muito obrigado!

O SR. GERALDO CARTÁRIO

Eu agradeço o aparte, mas quero voltar a afirmar que a CPI nossa não foi concluída pois o presidente não assinou e outros integrantes também não. Mas nós temos a simpatia do presidente da Assembléia que reconhece também que o fato de termos um advogado nos assessorando e este advogado imediatamente a Associação dos Supermercados, levanta a questão de termos uma nova CPI de Supermercados a qual, certamente o presidente irá concordar, juntamente com os outros deputados.

O Sr. Augustinho Zucchi

Sou contra a outra CPI de Supermercado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Está encerrado o horário de V.Exa.

O SR. ADEMAR TRAIANO (Pela Ordem)

Eu indago a V. Exa. em função do pronunciamento do deputado Geraldo Cartário, até porque eu não concordo, em parte. Apresentei um relatório e entendo que esse relatório é conclusivo da CPI do Supermercado, mas questiono V. Exa. se o relatório entregue à Mesa, se foi encaminhado ao Ministério Público, à Receita Federal, à Receita Estadual, uma vez que o relatório conclusivo era exatamente para que ele fosse encaminhado, para que apurassem as possíveis irregularidades constatadas na CPI dos Supermercados.

Apenas este questionamento que eu faço à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Não foi encaminhado porque na realidade só V. Exa. assinou a referida CPI.

O que eu encaminhei, a pedido do deputado Orlando Pessuti e do relator Cezar Silvestri, da CPI do Leite, foi cópia daquele trabalho.

O SR. ADEMAR TRAIANO

Agradeço a V.Exa e reitero esse pedido, até porque esse relatório foi assinado por mim, mais alguns parlamentares, houve discordância do presidente Geraldo Cartário, mas eu quero crer que ele tenha validade.

Então, eu reitero a V. Exa. para que encaminhe ao Ministério Público, à Receita Federal, à Receita Estadual, cópia do nosso relatório aprovado em plenário.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Informo a V. Exa. que não foi aprovado em plenário, não foi colocado em votação porque faltava a assinatura do presidente.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (Pela Ordem)

Apenas para informação, diante dos fatos colocados pelo deputado Geraldo Cartário em relação à CPI do Supermercado, V. Exa. tem poderes, como presidente da Assembléia, para reabrir esta CPI ou não?

Já que o assessor jurídico que dava atendimento à CPI, assim que terminou a CPI, não pela nossa vontade, nem do presidente, no dia seguinte, esse assessor jurídico é contratado pela Associação dos Supermercados!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Respondo à sua questão, quem tem autonomia é o Plenário da Casa. Se tiver algum requerimento neste sentido colocado à Mesa, nós colocaremos em votação.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (Pela Ordem)

Fiz a pergunta a V. Exa que presidia a Sessão, embora não tivesse sido aprovado o relatório foi encerrada a CPI.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Foi encerrada por decurso de prazo.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Exatamente. Ou se abre uma outra CPI, ou até porque na minha opinião esta CPI tem vício da origem, o presidente não assinou, então, eu acho o seguinte, nós vamos colocar a instituição Assembléia numa situação de brincadeira em relação à CPI.

Eu estou até ajudando porque V. Exa. encerrou.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Não fui eu, foi o prazo; não foi renovado o prazo, automaticamente está encerrada.

Agora, o Plenário é soberano para decidir abrir uma outra CPI.

O SR. GERALDO CARTÁRIO (Pela Ordem)

Só queria também me associar às suas palavras que realmente não foi V. Exa. que encerrou, foi o prazo.

V. Exa. se mostrou favorável à abertura de uma outra CPI, eu agradeço e vou apresentar um requerimento neste sentido.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Volto a afirmar a V. Exa. e aos demais parlamentares, que, por ofício dos deputados Orlando Pessuti e Cezar Silvestri, foram encaminhadas cópias de todo trabalho da CPI anterior.

No Grande Expediente, deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente, senhores deputados.

Nós, da Região dos Campos Gerais, mais precisamente de Ponta Grossa, - já relatei neste plenário, fomos surpreendidos com a presença do Governador do Estado, quando da inauguração das reformas do Colégio Regente Feijó. Um aparato militar e civil que fazia inveja a qualquer chefe de Estado de qualquer Nação do mundo. Isolamento de diversas quadras, não permitindo, mesmo sendo morador, pudessem passar, 2, 3, 4, 5 quadras do Regente Feijó.

O que aconteceu neste dia? Por que estamos falando mais uma vez desse episódio? Porque amanhã o governador novamente irá se fazer presente em Ponta Grossa na inauguração de um trecho por ele terminado da rodovia que liga Guaragi - Teixeira Soares - Ponta Grossa.

Se for novamente um aparato policial, quando alguns professores e estudantes reclamavam dos direitos que lhes foram tirados e de servidores públicos que também reivindicavam uma maior atenção à saúde dos seus familiares, e esse mesmo aparato for deslocado da cidade lá para a rodovia isolando as fazendas, as chácaras, isolando a transitabilidade de todos, acredito que o Governador do Estado estará instalando lá em Ponta Grossa e no Paraná e o dia do ladrão.

O dia ladrão é instalado pelo governador quando vai a uma cidade e requisita todo o aparato policial para si, desguarnecendo toda a comunidade.

Parece que o Governador tem alguma coisa que deve ao Paraná, deve ao funcionário público, à família paranaense. Vejam um único episódio, uma companhia que deu 47 milhões de reais de lucratividade na sua operação. Esta companhia veio a esta Casa e quase que foi vendida a preço de banana, como foi vendido o Banestado, que é a Copel.

O Governador, com a maior cara de pau que possui, vai à imprensa e diz: “não vou vender mais a Copel, porque agora as finanças do Estado estão sanadas e não há necessidade nenhuma. “Mentira! Ele não pôde vender a Copel, porque o STF decidiu numa sessão quanto ao mérito da venda ou não da Copel; está suspensa a venda. Ele refletiu e está enganando, dizendo que mudou o sentido daquilo que ele tinha direcionado.

Voltando o assunto, amanhã o governador estará em Ponta Grossa de novo. Faço uma sugestão como já fiz uma na rádio pela manhã, que ele divida, fique com a metade da segurança da cidade e de outra metade para a população ser guarnecida nas suas casas e que dê preferência para a família ser protegida.

O que nos traz aqui nesta tribuna também e com referência à nossa Vila Velha, uma das maiores atrações turísticas do nosso Estado. O Governo do Paraná interditiou Vila Velha e está lá com placas fazendo a recuperação de Vila Velha, das duas trilhas dando condições melhores.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Concedo mais um minuto para V. Exa. concluir seu pronunciamento.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

V. Exa. me deu a palavra no Grande Expediente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não senhor, no Horário das Lideranças.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Certo.

Muito bem, o Governo não está cumprindo e estamos entrando com o requerimento pedindo melhor atenção do Governo do Estado naquelas obras, porque firmou um prazo de outubro deste ano para devolver à comunidade do Paraná, do Brasil e do Exterior a entrega da obra de Vila Velha que acredito, se ele não agilizar, não terá tempo para que seja concluída.

Finalizo a minha interferência, senhor presidente Hermas Brandão, dizendo que estou entrando com um requerimento na mesa. E agora, cumprimento a pessoa do presidente Hermas Brandão, do secretário Rossoni e do secretário Anibelli, por essa mensagem que traz nesse Projeto de Resolução nº 003/2002 de autoria da Comissão Executiva, aquilo que há muito tempo estamos devendo aos funcionários do nosso Poder.

Sou deputado pela quarta vez nesta Casa, e inúmeras pessoas aqui passaram e no mundo em que vivemos não mais se encontram, mas o funcionário da Casa que era, foi e sempre será o abnegado aquele que sustenta o Poder é permanente, ele é deste Poder; nós deputados somos transitórios, cada quatro anos renovamos o mandato.

Nós arrumamos a vida do Poder Executivo, do Poder Judiciário e não tínhamos, até agora, arrumado a vida do Poder Legislativo, de quem garante o funcionamento desta Casa. Por isso, cumprimento a Mesa Executiva e estou entrando com um requerimento para preferência de votação desse Item 09, que acredito será aprovado por unanimidade em reconhecimento ao presidente, aos secretários e principalmente aos funcionários que mantiveram em pé este Poder Legislativo.

Parabéns, presidente por essa iniciativa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Consulto a Liderança do PT se fará uso do seu horário.

Com a palavra o deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor Presidente Hermas Brandão, senhoras e senhores deputados.

A passagem da Rodovia BR-277, pelos municípios do Oeste do Paraná: São Miguel do Iguaçu, Medianeira, Matelândia é motivo de intensa polêmica que envolve opiniões políticas e técnicas.

Mas, hoje, venho tratar de uma outra preocupação que não é menor do que a desses municípios, mas que está relacionada diretamente com o volume de acidentes e mortes que têm ocorrido na cidade de Cascavel.

A empresa que ganhou a concessão para fazer a duplicação, as marginais de cada passagem urbana, que no contrato original previa investimento maior: um contorno em São Miguel do Iguaçu, Medianeira e Matelândia, quatro viadutos em Cascavel, marginais; está se negando a fazer essas obras. Em Cascavel está trocando os quatro viadutos por apenas um e ainda está querendo que o Governo Federal o faça porque é um entroncamento de três BR's que é o Trevo das Cataratas em Cascavel.

A preocupação nossa, é que em primeiro lugar, a cidade de Cascavel será dividida. Uma população irá ficar com uma barreira para passar para o outro lado.

Vão continuar os acidentes, e esse é o motivo principal da minha fala, por conta dos acidentes, porque as passagens de um trecho a outro, serão feitos em alguns locais e em nível. Não em desnível no viaduto.

Com a rodovia duplicada, se duplicarem, o volume dos acidentes irá subir extraordinariamente.

Senão vejamos: dos acidentes ocorridos entre o município de Laranjeiras do Sul até Capitão Leônidas Marques, o trecho da BR-277 entre essas duas partes, 50% dos acidentes, deputado Eli Ghellere, acontece no trecho urbano de Cascavel.

Passar de um lado a outro em Cascavel, é uma aventura. É um desafio, e eu percorri o trecho a propósito e a convite de algumas lideranças do município, e pude constatar as dificuldades de transposição.

Porque quem passa pela BR, não percebe o perigo que o povo cascavelense está passando.

No ano de 2000, entre Laranjeiras do Sul e Capitão Leônidas Marques, houve aproximadamente 400 acidentes. Só o trecho de Cascavel foi responsável por 204. Mais de 50%.

No ano de 2001, entre Laranjeiras do Sul e Capitão Leônidas Marques, 450 acidentes. Só no trecho urbano de Cascavel, 250 acidentes.

Nós estamos apresentando nesta tarde, dois requerimentos em que apresentamos argumentações técnicas emitidas por uma empresa contratada pela própria concessionária, uma empresa chamada Vetec (?), que emitiu um laudo fazendo as análises de que os acidentes só irão diminuir depois de fazer transposição em nível, ou seja viaduto.

Não adianta duplicar, não adianta fazer transposição com trincheira ou em diamante.

O que é necessário fazer além dos viadutos, são as marginais.

Sabem para quem eles estão colocando a responsabilidade das construções das marginais agora?

À prefeitura de Cascavel!

Falei com o prefeito Edgar Bueno, que tem uma preocupação ainda maior. A avaliação dele, se dividirem a cidade de Cascavel com a passagem da Rodovia 277, o ônibus, o transporte coletivo em alguns locais irá percorrer 25 quilômetros a mais, responsável por uma hora a mais do trabalhador ficar dentro do ônibus, além de encarecer ainda mais a passagem.

E os acidentes, com a passagem do jeito que está, vão aumentar significativamente. E o desenvolvimento da cidade irá ficar de lado porque empresários que têm investimentos em determinado lugar, vão ficar entrincheirados. A rodovia está fazendo, a proposta é fazer várias barreiras.

E não é isso que está no contrato, não é isso a proposta do DNER, não é essa proposta do DER. O que nós queremos é que sejam cumpridas todas as cláusulas contratuais e muito mais.

Vamos deixar em segundo plano os contratos, as análises, que são feitas do ponto de vista de Lei de Concessão. O que importa é estudo técnico, porque não adianta, senhor presidente, ter um engenheiro, um arquiteto que estude e analise a situação e ver vidas ceifadas e aí por mero interesse econômico eles não fazem o projeto de acordo com a recomendação técnica.

E ainda mais. A alegação para não fazer, é aqueles 4 ou 5 meses que ficou sem receber a tarifa integral.

Ora, já foi recomposto o valor. Tiveram vários e vários reajustes. Têm condições tranquilas de pelo menos dilatar o prazo e fazer todas as obras ali existentes. Vai estar em curso uma verdadeira revolta da população, porque não se trata de uma abordagem econômica - vai passar mais perto da minha residência ou mais longe -, um interesse político, trata-se de vidas humanas que estão sendo ceifadas. 50% dos acidentes, 50% das mortes que ocorrem entre Laranjeiras do Sul até Capitão Leônidas Marques está ocorrendo dentro do município de Cascavel.

Estou apresentando requerimento ao DNER, à própria Rodovia das Cataratas, pedindo providências à Secretaria de Estado dos Transportes e, não tendo sucesso nessa reivindicação administrativa e política, nós estamos já gestionando a preparação de uma ação jurídica para que a concessionária cumpra a sua obrigação com o município de Cascavel. E vamos parar de matar gente naquela cidade por conta do interesse meramente econômico da Rodovia das Cataratas!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Ainda no Horário das Lideranças, com a palavra o deputado Fernando Ribas Carli, do PPB.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Tenho procurado, quando fiz uso da tribuna desta Casa nas últimas vezes, enaltecer as conquistas que o Paraná vem obtendo em diversos setores. Os avanços que o nosso Estado vem conseguindo na infra-estrutura, na segurança pública, na educação, no saneamento básico, na habitação e principalmente no desenvolvimento industrial, onde nós obtivemos ganhos importantes e volume de arrecadação, de exportações fazendo com que a balança de pagamentos, a balança comercial do Paraná tenha sido acrescida em muitos milhões a cada mês que passa, fruto de um projeto de transformação que se iniciou há 7 anos.

E digo isso, senhor presidente, senhoras e senhores deputados, porque pude, desde o início do primeiro governo Jaime Lerner, participar dessas transformações, dessas conversações e dos projetos que foram implantados, implementados e começaram a surtir efeitos e a propiciar bons frutos para o Paraná. E hoje, temos a economia do Paraná como uma economia de ponta e, para o orgulho de todos os paranaenses, sem nenhum demérito aos nossos irmãos e amigos gaúchos, o Paraná conseguiu ultrapassar o Rio Grande do Sul em competitividade, chegando ao 4º lugar. E creio que isto é motivo de orgulho de todos os paranaenses. Como eu dizia na última vez que usei esta tribuna, acho que nós devemos cantar a nossa aldeia e eu procuro, sempre que posso, cantar a nossa aldeia, a aldeia que é o nosso Estado, que é o Paraná.

Mas, queria nesta tarde, senhor presidente, a poucos minutos do início de uma Sessão Solene onde vamos fazer a entrega de um Título de Cidadão Honorário ao industrial que acreditou no nosso Estado, que investiu no Paraná e que hoje proporciona, além dos empregos, riquezas, distribuição de renda e o que é importante: colocou o Paraná no mapa do desenvolvimento não só apenas no Brasil, mas no mapa do desenvolvimento da América do Sul e por conseguinte, do Mercosul.

Mas, queria, especificamente, senhor presidente, senhoras e senhores deputados, ater-me a um fato que aconteceu na última segunda-feira, dia 1º de abril. O dia 1º de abril que é o “dia da mentira” e nós tivemos um grande feito, um acontecimento que eu acredito que talvez tenha passado despercebido para muitos, mas acredito ser de grande importância o que aconteceu nesse dia 1º, para o Paraná, que foi a chegada do primeiro vôo internacional ligando Foz do Iguaçu a Paris.

Eu queria ressaltar a importância desse feito, senhoras, senhores deputados e senhor presidente, pelo fato de ser a primeira cidade do interior do Brasil a ter uma ligação direta com uma cidade da Europa, uma capital da importância que é Paris para o mundo do desenvolvimento e para o mundo dos negócios, talvez alguém possa dizer: “não, não. Tem outras cidades. Tem Campinas”.

Campinas, na verdade, é um prolongamento do aeroporto de São Paulo e Campinas opera 98% em cargas, e não no transporte de passageiros.

Então, vejam os senhores, hoje, o paranaense embarca em Foz do Iguaçu às 17h45min, e chega no dia seguinte no aeroporto às 14h40min, horário local, de Paris. Talvez fosse até uma coisa romântica dizer: “O Paraná está ligado a Paris”. Mas, não é só o romantismo. O que importa isso em termos econômicos? O que importa a ligação de Foz do Iguaçu com Paris?

Vejam só. O que viabilizou esse vôo da Varig ligando Foz do Iguaçu a Paris foram os negócios internacionais que chegaram ao Paraná, em função de a visão de futuro do governador Jaime Lerner em atrair esses investimentos para o nosso Estado.

Agora, vejam os senhores, um investimento industrial está propiciando um outro investimento, que é o investimento no setor de serviços, que é o turismo. Vamos dinamizar e muito o turismo de Foz do Iguaçu, que todos nós sabemos, é uma das maravilhas do mundo. E hoje os parisienses, os franceses, os europeus, pela localização privilegiada de Paris no Continente Europeu, têm a facilidade de embarcar lá, e no dia seguinte descer diretamente em Foz do Iguaçu. Não fosse só o setor de serviços, como também o setor econômico do Oeste, o Oeste do Estado ganha uma importância fundamental nesse processo, quando nós temos uma ligação direta daquela região com um centro europeu, podem com isso facilitar as exportações dos produtos da nossa rica região oeste, os produtores da soja industrializada, do frango, do suíno, da carne bovina, enfim, de todo o processo industrial que existe no Oeste do Estado, fruto do trabalho, do denodo, da perseverança dos nossos irmãos que foram para lá desbravar aquela rica região do nosso Estado, vindos de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Concedo um minuto para V. Exa. concluir o seu pronunciamento.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Então senhores deputados, eu queria mais uma vez aqui realçar esse acontecimento e dizer que todos os paranaenses estão de parabéns por mais essa conquista do Paraná. Creio que devamos festejar. É um fato histórico, é uma conquista de todos os paranaenses e que se viabilizou do trabalho que foi desenvolvido pelo governo e pelo governador.

Eu gostaria de ler o que disse o presidente da Varig, comandante Osires Silva: “Esta iniciativa só se tornou possível graças ao pedido feito pelo governador”.

Então, vejam só a vontade que tem o governador Jaime Lerner em fazer com que o Paraná, cada vez mais, seja inserido no contexto mundial, no desenvolvimento, para que nós, paranaenses, possamos colher os frutos do progresso, do desenvolvimento, para que possamos auferir tudo o que puder ser auferido de um processo indus-

trial. A indústria veio, veio o turismo. Com o turismo, a facilidade do transporte. Com a facilidade do transporte, a facilidade da exportação dos nossos produtos.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Ainda no Horário das Lideranças: PMDB.

Com a palavra, o deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Senhor presidente, senhores parlamentares.

Gostaria muito de ficar no pronunciamento do deputado Ribas Carli sobre o superávit do Paraná e avaliar com ele que esse superávit foi feito graças ao desempenho da agricultura paranaense e não do recolhimento de impostos das empresas aqui instaladas, todas elas com o ICM dilatado, para ser pago no futuro, e portanto, nada tem recolhido aos cofres públicos.

Em segundo lugar: agradecer a natureza, pela existência das Cataratas do Iguaçu, que é o que fez essa linha direta de Foz do Iguaçu a Paris, para o turismo - não me cabe imaginar que seja em razão do estabelecimento de alguma empresa, aqui, em Curitiba, que se coloque uma linha de avião, em Foz do Iguaçu, para ir a Paris. Isso seria brincar com a inteligência dos demais.

Quero continuar, aqui, na linha da grande contribuição dada ao Paraná, no governo atual.

Estou pedindo, senhor presidente, senhores parlamentares, para registrar nos Anais da Casa, a coluna do jornalista Fábio Campanha, escrita: "Algo de podre". Dizer da satisfação, quando se vê que a imprensa trata de assuntos verdadeiros, nos permitindo pedir um registro na Casa, de um dos principais jornalistas do Paraná - como seria bom fazê-lo todos os dias. O jornalista Fábio Campanha fala que o governador Jaime Lerner está em Brasília, para resolver a pendenga de ações da Copel, dizendo que as ações desta foram parar no Itaú, com caução de títulos podres de Alagoas, Pernambuco e da vizinha Santa Catarina.

Lembro-me de uma Sessão secreta que fizemos, aqui, na Assembléia, com a diretora do Banestado, quando as oposições inteiras questionavam sobre a participação na cadeia da felicidade, na desonestidade, na compra de títulos podres de Pernambuco, Alagoas, Osasco e Santa Catarina, onde no final da ponta, o Banestado estava acobertando quadrilheiros que estavam ganhando dinheiro à custa de ações, que não seriam pagas. E o então secretário Miguel Salomão, do alto da sua prepotência, dizia aqui que desconhecia na história política do Brasil, o Estado que não honrasse os títulos que emitisse.

O Banestado comprou. Para vender o Banestado, depois, o governo do Estado do Paraná fez um empréstimo de cinco bilhões de reais, passando para o povo do Paraná a responsabilidade de pagar 30 milhões, por mês, durante 30 anos. Durante 30 anos, 30 milhões por mês, para pagar cinco bilhões emprestados, para limpar o

Banco do Estado do Paraná e, depois, vendê-lo por um pouco mais de um bilhão de reais.

Vejam, senhores, quanto realmente estamos construindo no Estado do Paraná, o Paraná do futuro que nós queremos.

Agora, quando a Justiça diz que não é possível entregar títulos podres de outros Estados e dar a eles a garantia de ações de uma empresa, que tem participação do capital provado, como a Copel, ficou o governo com o "mico" na mão. Está o governo, lá, mendigando o apoio de correlegionários, seus, para que o Estado do Paraná assumira uma vez 15 milhões por mês, durante três anos, para pagar esse rombo dos títulos podres de Pernambuco, Alagoas, Osasco e Santa Catarina.

Quem é que vai pagar? Vai pagar esse agricultor, deputado Carli, que fez a grande contribuição na produção agrícola do Estado e que não devia, porque ele não é acionista! Quem devia era o Banco do Estado, mas quem assumiu a dívida foi o governo e com o "chapéu" alheio transferiu essa dívida, para todos os paranaenses. São 45 milhões, por mês, que o próximo governo - se Deus quiser será da atual Oposição, - vai ter que pagar, para que o senhor Jaime Lerner faça essa fantasia do Paraná de hoje. Essa fantasia que levou o Estado a dever 18 bilhões de reais, aumentando a nossa dívida em mais de 16 bilhões, em sete anos.

Quando estamos, aqui, novamente, prezados companheiros da Oposição, tratando dos nossos problemas, a Situação, aí, que votou a favor do pedágio, a favor da venda da Copel; que votou na última Sessão do ano passado no aumento de 8% no custo final da gasolina, da eletricidade, do gás e de outros produtos.

Está o senhor governador querendo colocar na cabeça dos paranaenses que esse foi um grande governo. Quero ver quem vai pagar essa dívida nos próximos governo, que é a única herança que o governador tem nos deixado.

Muito obrigado.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, só queria fazer um esclarecimento para restabelecer a verdade.

Ao nobre e ilustre deputado Caíto Quintana, que quando eu me referi a dados, queria dar um dado em número para ele, quando ele dizia que o principal responsável era o setor agrícola.

Ainda, deputado Caíto Quintana, é o setor agrícola. Agora, o senhor não deve, não pode ignorar o que o Estado conseguiu com as exportações do setor automotivo!

Vou lhe dar o número. Todo o setor automotivo exportou 1 bilhão e 200 milhões de dólares e o complexo soja, 1 bilhão e 600.

Então se nós não tivéssemos o setor automotivo, nós não teríamos as exportações de 1 bilhão e 200 milhões de dólares.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Importou quanto de componentes?

O SR. CAÍTO QUINTANA

Quanto ele pôs de dinheiro público para instalar essas empresas?

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Com o saldo da balança, é o que vale!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

PFL, PSDB, PTB, PPS.

Horário da Liderança da Oposição, deputado Waldyr Pugliesi.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Senhor presidente acho que essas discussões paralelas que estão acontecendo, poderão se verificar na semana que vem, porque hoje nós, infelizmente, acabamos não tendo o Pequeno Expediente, mas é preciso que nos aprofundemos...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Só para colocar para V. Exa., não teve Pequeno Expediente, porque não teve oradores inscritos.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Senhor presidente, na prática foi assim, mas na realidade teria que ser diferente.

Não havia nem número para a realização da Sessão e o Pequeno Expediente já tinha ido para o espaço.

Quero dizer o seguinte. Semana que vem, nós da Oposição, inclusive o deputado Algaci Tulio, eu gostaria que todos ficássemos aqui atentos para essa nova escalada de mentiras que o governo Lerner está pretendendo passar ao Paraná.

Nós acabamos de ver o lucro da Copel, 473 milhões, eu vou fazer registrar como V. Exa. fez hoje, a coluna do Fábio Campana, vou fazer registrar o discurso do líder do Governo, deputado Durval Amaral a favor da venda da Copel, alinhando esfarrapadas argumentações que foram todas elas derrotadas pelos fatos e argumentação que eu mesmo, em nome da Oposição, coloquei no jornal Folha do Paraná.

Nós precisamos, sim, dizer para o povo, que esse aumento do ICMS que houve foi provocado pela Bancada do Governo. Nós votamos contra.

Nós temos uma posição clara a respeito de tudo isso e estamos cansados de ver o dinheiro do povo pagar as mentiras do governo Lerner. Aliás, quero me curvar aqui diante da bandeira da Palestina.

Qual a diferença entre os irmãos palestinos que estão lá dentro da casa deles com um invasor matando todo mundo e essas senhoras dos policiais militares que, no meu entendimento estão exiladas aqui no Paraná? Como são tratadas as esposas dos PMs aqui no Paraná?

Será que não estão sendo tratadas da mesma maneira que são tratadas as mães dos palestinos?

Agora, senhor presidente, aqui é proibido para determinada imprensa, falarmos que não podemos concordar com esse criminoso de guerra, chamado Ariel Sharon. Vocês imaginem, o povo palestino tem a sua terra. Vão lá e expulsam os palestinos da casa deles e quando eles procuram defender a sua própria terra, a sua própria pátria, com as armas que eles têm, são terroristas, e os outros que matam, metem os canhões, os tanques, passando por cima de tudo, esses não são terroristas!

Se paga um preço caríssimo, companheiros deputados, para se falar alguma coisa, Afinal de contas, o que é que nós estamos fazendo neste planeta? Eu não vou andar curvado diante de ninguém!

Quero dizer aqui que estou contente de ver o PC do B fazendo 80 anos. De um lado, o PC do B fazendo história, andando na rua, em todos os cantos como os verdadeiros patriotas brasileiros. Do outro, a oligarquia miserável, criadora de miséria, de fome e de desemprego, tentando manter os Bancos roubando cada vez mais, os latifundiários agredindo os direitos de todos, cada vez mais.

Gente, companheiros, o poeta Fernando Pessoa falou que “Tudo vale a pena se a alma não é pequena” mas eu não poderia ficar calado, quando vejo os exilados no planeta Terra. Não têm direito à pátria, não têm direito a ter o seu Estado. Uma autoridade, um presidente da República é ilhado na sua própria casa e fica esse prepotente discípulo de Bush, esse estúpido presidente dos Estados Unidos falando: “Você não sai daí. Eu tenho poder, estou garantido pelos Estados Unidos, vou ficar aqui. Você não pode sair da sua casa. Vou tirar o pão dos seus filhos, vou te alquebrar, vou partir a sua espinha dorsal e você vai ter que ficar quieto”.

Graças a Deus que existem pessoas no mundo todo, que ficam enojadas, que vomitam quando vêem esse tipo de comportamento!

Valeu a pena vocês trazerem a bandeira da Palestina aqui! São meus irmãos, como são irmãos os israelitas que lutam pela paz, que estão lá se manifestando dentro do próprio país deles em favor da paz, na concepção, no objetivo de termos um Estado de Israel e um Estado palestino autônomos, para ter a liberdade de cantar a liberdade.

Nós ficamos aqui, assinando convênios, na “boca” da eleição e somos obrigados a ouvir um governador que mente quando diz para o Paraná que não vai vender a Copel porque ele resolveu não vender a Copel.

Ora, fica registrada essa posição nossa das Oposições do Paraná, que não agüentamos mais tanta mentira!

Que faça a sua propaganda mentirosa com o dinheiro dele, mas que não pegue o dinheiro que falta na mesa da mãe do policial militar!

(Manifestação da platéia)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Eu solicito aos nossos visitantes que se mantenham da forma como têm se conduzido dentro da Casa. São muito bem-vindos à nossa Casa, sempre foram recebido bem. Eu gostaria que tivessem uma postura como cidadãos e cidadãs que visitam um Parlamento.

Da platéia

Não podemos aplaudir quem está nos defendendo?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Podem aplaudir, mas assovio não é aplauso.

Se continuarem a se manifestar paralelamente ao pronunciamento vamos fazer o que não gostamos de fazer: o esvaziamento das galerias.

O SR. CEZAR SILVESTRI

V. Exa. me permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

V. Exa. usou 9 minutos. Tem mais um minuto para concluir.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Senhor presidente eu acho que nós precisamos fazer o jogo da verdade.

Imaginem companheiros, abre-se o jornal e vê-se: “Lucro da Copel, 473 milhões...” Se não fosse o povo do Paraná se erguer, nós levantarmos essa bandeira aqui dentro, os outros irem às ruas, cumprirem com as suas obrigações, esse lucro iria para quem? Para os compradores? como está aí o lucro do Itaú? Para que colocar nas mão dos outros, senhor presidente, aquilo que gerações de paranaenses levaram tantos anos para construir?

Nós queremos paz, mas a nossa paz, senhor presidente, é a mãe palestina poder de manhã ver o filho caminhar para a escola! Senhores deputados, já imaginaram a dor de uma mãe como a dessa menina palestina, que outro dia fez do seu próprio corpo a arma que o povo palestino tem para combater o invasor? Coloca bombas em torno do seu próprio corpo e vai protestar contra o invasor? E é ela que é terrorista?

Gente, para que é que serve cérebro? Para que é que se tem miolo? Não é para pensar?

O SR. CEZAR SILVESTRI

Permite um aparte?

O SR. WALDYR PUGLIESI

Infelizmente o meu horário acabou.

Agradeço a condescendência do presidente.

Da mesma maneira que eu crítico, senhoras e senhores deputados, senhores e senhoras que aqui estão, eu também sei elogiar.

O presidente da Casa foi à rua receber o projeto de iniciativa popular que milhares de paranaenses encaminham a esta Casa. Nós deixamos de apresentar o pro-

jeto para que o povo fizesse isso em nome de todo o Paraná.

O presidente de maneira democrática, foi lá, e ele tem sido, no meu entendimento, um democrata na direção desta Casa. Isso é bom para todos nós.

Muito obrigado.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputado.

Sobre a mesa, emenda aditiva ao Projeto de Lei nº 42/02, de autoria do deputado Luiz Carlos Zuk, devidamente apoiada. **Transforme-se em projeto de lei em separado.**

Projeto de resolução de autoria do deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Fernando Ribas Carli, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do deputado Sérgio Spada, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Durval Amaral, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do deputado Eli Ghellere, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Ricardo Maia, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 04 (quatro) de autoria do deputado Duílio Genari, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Hidekazu Takayama, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Nereu Moura, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 664, de autoria do deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente, solicitando preferência para a discussão e votação do Projeto de Resolução nº 003/2002, item 09 da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária. **Aprovado.**

Por solicitação do deputado Ademir Bier, anunciamos a presença do prefeito de Terra Roxa, José Teixeira Filho.

De conformidade com o requerimento acima aprovado.

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 003/2002, de autoria da Comissão Executiva, enquadramento dos Servidores do Poder Legislativo, pelo artigo 70, da Lei nº 10.219, de 21 de dezembro de 1992. PARECER FAVORÁVEL DA CE. **Aprovado, artigo por artigo.**

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia conforme avulso distribuído aos senhores deputados.

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 291/99 de autoria do deputado Péricles de Mello, que cria o Programa Emergencial de Auxílio-Desemprego e dá outras providências. COM PARECER FAVORÁVEIS DA CCJ, CF e CDHC. COM EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Emenda. Aprovada.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 291/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Péricles de Mello, tem por objetivo criar o Programa Emergencial de Auxílio Desemprego e dá outras providências.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade da emenda apresentada em Plenário, pelo deputado Durval Amaral, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável à emenda de Plenário.

Sala das Comissões, em 20.06.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

Apoiamento:

Duílio Genari, Algaci Tulio, Antonio Carlos Belinati, Orlando Pessuti, Marcos Isfer, Hermes Fonseca e Plauto Miró Guimarães.

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 693/2001, de autoria do deputado Caíto Quintana, que prorroga os efeitos da Lei nº 11.255, de 21 de dezembro de 1995. **Aprovado. (Publ. no DA nº 190/2001, de 10.12.2001).**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 435/2001, de autoria do deputado Valdir Rossoni, que autoriza a Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória a alienar o imóvel que especifica. **Aprovado. (Publ. no DA nº 124/2001, de 12.09.2001).**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 680/2001, de autoria do deputado Algaci Tulio, que dispõe sobre a divulgação dos valores de multas de trânsito arrecadadas nas rodovias estaduais ou sob administração do Estado do Paraná. **Aprovado. (Publ. no DA. nº 187/2001 de 05.12.2001).**

ITEM 05

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 100/2002, de autoria do deputado Luiz Fernandes "Litro", que declara de Utilidade Pública Estadual a APAE - Associação de pais e Amigos dos Excepcionais do município de Nova Prata do Iguaçu, com sede no município de Nova Prata do Iguaçu e foro no município de Salto do Lontra. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA SUBSTITUTIVA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 313/99, de autoria do deputado Ricardo Maia, que altera a redação da Lei Complementar nº 83, de 17 de julho de 1998, que instituiu a Região Metropolitana de Maringá. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. ANEXO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 343/99. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 041/2002, de autoria do Ministério Público do Estado do Paraná, que incorpora a gratificação pela prestação de serviço de regime de tempo integral e dedicação exclusiva ao vencimento básico do quadro de servidores efetivos do Ministério Público. COM PARECERES DA CCJ E CF.

Existe uma Emenda de Plenário, mas de acordo com o Regimento Interno, artigo 141, deixamos de recebê-la.

Está em votação projeto. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente, o artigo 141, V. Exa. poderia pedir ao 1º secretário para lê-lo?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)
(Lê o artigo 141)

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Não fui informado pela Mesa. A Mesa pediu 5 assinaturas e V. exa está ao lado de quem solicitou as 5, e nós, perfeitamente, fizemos isso.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Já foi votado e foi aprovado pela Casa o referido projeto. Eu transformo a sua Emenda em projeto em separado.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 141/2002, de autoria do deputado Nelson Tureck, que autoriza o Poder Executivo Estadual a efetuar a doação para a Prefeitura Municipal de Barbosa Ferraz/PR, de uma área de terras da planta geral da cidade de Barbosa Ferraz/PR, de sua propriedade, destinado à construção de uma quadra poliesportiva coberta no Colégio Estadual Barbosa Ferraz. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 356/99, de autoria do deputado Antonio Anibelli, que dá nova redação ao parágrafo 4º do artigo 55 da Lei nº 11.580 de 14 de novembro de 1996. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 77/99, de 23.06.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 356/99

P A R E C E R :

Do projeto

O Projeto de Lei nº 356/99 de autoria do deputado Antonio Anibelli propõe a redução de 4 (quatro) para 2 (dois) U.P.F./PR o valor mínimo da(s) multa(s), em vigor na data da lavratura do auto de infração ou na data da incidência da multa...

A proposição, segundo o autor “tem por objetivo buscar a redução dessa penalidade, muito especialmente em benefício dos pequenos contribuintes”.

Do voto

Do exame da matéria, sob o ângulo próprio desta Comissão, nada há que obste sua tramitação legislativa.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 10.08.99

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

BETO RICHIA - Relator

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 129/2000, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, que altera a Redação da Lei nº 11.182, de 23 de outubro de 1995. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ e CECE. ANEXO PROJETO DE LEI Nº 176/2000. **Aprovado. (Publ. no DA nº 043/2000, de 02.05.2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
AOS PROJETOS DE LEI NºS 129/2000 e 176/2000

P A R E C E R :

O presente Projeto de Lei nº 129/2000, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, visa alterar a redação da Lei nº 11.182, de 23 de outubro de 1995, e o Projeto de Lei nº 176/2000, de autoria do deputado Beto Richia, visa dar nova redação do artigo 2º da Lei nº 11.182, de 23 de outubro de 1995, encontram-se anexos conforme requerimento aprovado em Plenário.

Chamada esta Comissão a se manifestar, com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 03.10.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

HERMES FONSECA - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 129/2000

P A R E C E R :

Anexo: Projeto de Lei nº 176/2000 de autoria do deputado Beto Richia.

De autoria do deputado Antonio Carlos Belinati o Projeto de Lei nº 129/2000, altera a redação da Lei nº 11.182 de 23 de outubro de 1995.

A douta Comissão de Constituição e Justiça (C.C.J.) por unanimidade de seus membros presentes, elaborou parecer favorável.

Esta Comissão de Educação chamada a se pronunciar, concluiu pela aprovação.

Sala das Comissões, em 04.12.2000.

(aa) IRINEU COLOMBO - Presidente

ANTONIO ANIBELLI - Relator

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 367/2000, de autoria do deputado Neivo Beraldin e do deputado Hermas Brandão, que altera o artigo da Lei Complementar nº 76, de dezembro de 1995. (Obras Públicas). PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 147/2000, de 30.10.2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 367/2000

P A R E C E R :

O Projeto de Lei Complementar nº 367/2000, de autoria dos deputados Neivo Beraldin e Hermas Brandão, altera artigos da Lei Complementar nº 76, de dezembro de 1995, que dispõe sobre concessões e permissões de serviços públicos.

Segundo a alteração proposta no artigo 1º do citado projeto de lei, todas as concessões e serviços públicos e de obras públicas e as permissões de serviços públicos serão feitos na forma da Lei nº 76/95, com o referendo da Assembléia Legislativa.

Da mesma forma, os mecanismos de reajuste e revisão das tarifas dos contratos necessitarão do referendo da Assembléia Legislativa.

É competência privativa da União, na forma do artigo 22, inciso XXVII, da Constituição Federal, legislar sobre “normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios...”

As normas gerais sobre licitações estão contidas na Lei Federal 8.666/93, com as alterações das Leis nºs 8.883/94, 9.648/98 e 9.854/99.

Pode o Estado federado criar normas que não contrariem as normas gerais editadas na esfera federal.

Isto posto, emitimos nosso parecer favorável à tramitação do Projeto de Lei Complementar nº 367/2000.

Sala das Comissões, em 28.11.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 121/2001, de autoria dos deputados Hermes Fonseca e Irineu Colombo, que regulamenta para dar efetividade aos artigos 48 e 49, entre outros da Lei de Responsabilidade Fiscal - (Lei Complementar 101 de 04.05.2000), obrigando o executivo estadual a manter sítio único na rede eletrônica (internet), contendo a Lei Orçamentária Anual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, as Prestações de Contas e seu parecer prévio, o relatório resumido da execução orçamentária, o relatório de gestão fiscal, as versões simplificadas destes documentos e seus respectivos anexos. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CO. **Aprovado. (Publ. no DA nº 035/2001, de 10.04.2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 356/99

P A R E C E R :

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 121/2001

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 121/2001, de autoria dos deputados Hermes Fonseca e Irineu Colombo, determina normas para dar efetividade aos artigos 48 e 49, entre outros, da Lei de Responsabilidade Fiscal - Obrigando o Executivo Estadual a manter sítio único na rede eletrônica (Internet), contendo a Lei Orçamentária Anual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, as prestações de contas e seu parecer prévio, o relatório resumido da Execução Orçamentária, o relatório de gestão fiscal, as versões simplificadas destes documentos e seus respectivos anexos.

O projeto de lei está de acordo com o previsto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, regulamenta no âmbito estadual os artigos 48 e 49 da referida norma.

Não há dúvida de que a publicidade ampla e irrestrita da atividade estatal permite ao cidadão fiscalizar e acompanhar os atos de seus dirigentes.

Desta forma, o projeto não apenas regulamenta os artigos 48 e 49 da Lei de Responsabilidade Fiscal como também dá integral cumprimento ao texto constitucional, prestigiando os princípios previstos no artigo 37 da Constituição Federal.

Pelo exposto, não havendo óbice de natureza constitucional ou legal, opino favoravelmente à sua regular tramitação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.09.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 121/2001

P A R E C E R :

O projeto de lei em tela, de autoria dos deputados Hermes Fonseca e Irineu Colombo, objetiva regulamentar para dar efetividade aos artigos 48 e 49, entre outros, da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000) obrigando o Executivo Estadual a manter sítio único na rede eletrônica (Internet), contendo a Lei Orçamentária Anual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, as prestações de contas e seu parecer prévio, o relatório resumido da Execução Orçamentária, o Relatório de Gestão Fiscal, as versões simplificadas destes documentos e seus respectivos anexos.

A referida proposição é de fundamental interesse público, além de ser uma exigência expressa da Lei de Responsabilidade Fiscal. O princípio da publicidade deve ser atendido na sua mais ampla acepção, pois constitui

infallível antídoto a todo tipo de desmando, malversação e desvio de recursos públicos. Assim sendo, a matéria con-substanciada no projeto em tela, merece pleno e irrestrito apoio.

Isto posto, o parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 24.10.2001.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente

ÂNGELO VANHONI - Relator

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

PROJETO DE LEI Nº 121/2001

P A R E C E R :

Relatório

O projeto de lei em tela, de autoria dos deputados Hermes Fonseca e Irineu Colombo, o qual regulamenta para dar efetividade aos artigos 48 e 49, entre outros da Lei de Responsabilidade Fiscal, obrigando o Executivo Estadual a manter sítio único na rede eletrônica (Internet).

Fundamentação

Tal propositura já mereceu pareceres favoráveis das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Esta Comissão de Orçamento, chamada a opinar, nos termos do artigo 33 parágrafo 4º do Regimento Interno, regulamenta para dar efetividade aos artigos 48 e 49, entre outros da Lei de Responsabilidade Fiscal - (Lei Complementar 101 de 04.05.2000), obrigando o Executivo Estadual a manter sítio único na rede eletrônica (Internet), contendo a Lei Orçamentária Anual, a lei de Diretrizes Orçamentárias, as prestações de contas e seu parecer prévio, o Relatório resumido da Execução Orçamentária, o Relatório de Gestão Fiscal, as versões simplificadas destes documentos e seus respectivos anexos.

Conclusão

Pelo exposto, somos de parecer favorável ao presente projeto de lei, na forma apresentada.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06.11.2001.

(aa) CEZAR SILVESTRI - Presidente

NEREU MOURA - Relator

ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nºs 153/2001, de autoria do deputado Geraldo Cartário, que normatiza os serviços funerários nos Institutos Médicos Legais - IMLs, e outros estabelecimentos públicos congêneres no Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EM ANEXO PROJETO DE LEI Nº 155/2001. **Aprovado. (Publ. no DA. nº 049/2001, de 02/05/2001).**

PROJETO DE LEI Nº 153/2001

P A R E C E R :

Trata-se de um projeto de lei de autoria do deputado Geraldo Cartário que visa normatizar os serviços funerários nos Institutos Médicos Legais - IMLs, e outros

estabelecimentos públicos congêneres no Estado do Paraná. (sic)

Chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica, nosso parecer é favorável a este projeto de lei na forma do incluso Substitutivo Geral.

Sala das Comissões, em 11.12.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

HERMES FONSECA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

SUBSTITUTIVO GERAL AO

PROJETO DE LEI Nº 153/2001

P A R E C E R :

Art. 1º - O serviço de transporte municipal de cadáveres, inclusive comercialização de caixões, urnas funerárias e a prestação de outros serviços complementares, são livres à iniciativa privada, vedada a garantia de exclusividade em virtude da localização da empresa que o realize.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 11.12.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

HERMES FONSECA - Relator

Apoioamento:

Marcos Isfer.

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PROJETO DE LEI Nº 153/2001

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 153/2001, de autoria do deputado Geraldo Cartário, normatiza os serviços funerários nos Institutos Médicos Legais - IMLs, e outros estabelecimentos públicos congêneres no Estado do Paraná.

A matéria obteve parecer favorável, com substitutivo geral, na Comissão de Constituição e Justiça.

A proposição foi anexada ao Projeto de Lei nº 155/2001, de autoria do deputado Edson Strapasson, cujo objetivo é semelhante.

No mérito, é indiscutível a necessidade de se preservar o direito de escolha dos serviços funerários por parte dos familiares enlutados.

Isto posto, emitimos nosso parecer favorável à tramitação do Projeto de Lei nº 153/2001.

Sala das Comissões, em 18.03.2002.

(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nºs 397/2001, de autoria do deputado Ademir Bier, que cria o Programa de Expansão de Bancos para a coleta de sangue humano no Estado. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E

SP. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA. nº 117/2001, de 03/09/2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 397/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do nobre deputado Ademir Bier, tem por objetivo criar o Programa de Expansão de Bancos de Coleta de Sangue Humano no Estado do Paraná.

Chamada esta comissão a se manifestar foi constatado que o projeto em tela, apesar de ser revestido de elevado teor social, apresenta vício de origem, pois a iniciativa do processo legislativo que atribui atividade de natureza administrativa aos órgãos públicos é exclusiva do governador como reza o artigo 87, incisos IV e VI da Constituição Estadual.

Objetivando sanar o citado vício de origem, propomos em anexo emenda modificativa transformando a presente proposta em autorizatória, merecendo a mesma deliberação do douto Plenário desta Casa de Leis,

Assim sendo, nosso parecer é favorável na forma da emenda em anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.10.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
ORLANDO PESSUTI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA MODIFICATIVA AO P.L. 397/2001

O artigo 1º do Projeto de Lei nº 379/2001, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar o Programa de Expansão de Bancos para Coleta de Sangue Humano no Estado do Paraná”.

Sala das Comissões, em 09.10.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
ORLANDO PESSUTI - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 397/2001

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 397/2001, de autoria do deputado Ademir Bier, cria o Programa de Expansão de Bancos para Coleta de Sangue Humano no Estado.

A matéria recebeu parecer favorável, com emenda da Comissão de Constituição e Justiça, onde o projeto de lei foi transformado em autorizatório.

No âmbito de competência desta Comissão Permanente, opinamos favoravelmente ao mérito do Projeto de Lei nº 397/2001.

Sala das Sessões, em 24.10.2001.

(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente
ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

ITEM 16

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 462/2001, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, que autoriza a reversão de doação e posterior doação de imóvel à Associação Abba-Pai, com sede no município de Cornélio Procópio. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ E COPTC. Aprovado. (Publ. no DA nº 129/2001, de 19/09/2001)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 462/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, visa autorizar a reversão de doação e a posterior doação de imóvel à Associação Abba-Pai, com sede no município de Cornélio Procópio.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 05.03.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI Nº 462/2001

P A R E C E R :

De autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, o projeto de lei em pauta autoriza a reversão de doação e a posterior doação de imóvel à Associação Abba-Pai, com sede no município de Cornélio Procópio.

O projeto de lei em pauta já recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça desta Casa de Leis. Chamada esta Comissão a se manifestar sobre a matéria, somos de parecer favorável à mesma.

Sala das Comissões, em 20.03.2002.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente
ALGACI TULIO - Relator

ITEM 17

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 527/2001, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, que dispõe sobre a obrigatoriedade de publicação mensal de balancetes contábeis indicando a aplicação de recursos e despesas efetuadas por todas as universidades públicas do Estado do Paraná, e dá outras providências. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ, CF E CECE. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CECE. Aprovado. (Publ. no DA nº 148/2001, de 16/10/2001)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 527/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, dispõe sobre a obrigatoriedade de

publicação mensal de balancetes contábeis indicando a aplicação de recursos e despesas efetuadas por todas as Universidades Públicas do Estado do Paraná, e dá outras providências.

O projeto de lei está em conformidade com o artigo 27 da Constituição Estadual, pois de acordo com tal artigo a Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes do Estado, deve obedecer o princípio de publicidade.

Assim sendo, com relação à legalidade e constitucionalidade da matéria, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 05.03.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 527/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, dispõe sobre a obrigatoriedade de publicação mensal de balancetes contábeis indicando a aplicação de recursos e despesas efetuadas por todas as Universidades Públicas do Estado.

Chamada a opinar, a Comissão de Constituição e Justiça já apresentou parecer favorável à proposição.

A Comissão de Finanças acompanha o entendimento da douda Comissão de Constituição e Justiça e apresenta, também, parecer favorável ao Projeto de Lei nº 527/2001.

Sala das Comissões, em 13.03.2002.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente
GERALDO CARTÁRIO - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES
PROJETO DE LEI Nº 527/2001

P A R E C E R :

De autoria do deputado Divanir Braz Palma, o projeto de lei em pauta dispõe sobre a obrigatoriedade de publicação mensal de balancetes contábeis indicando a aplicação de recursos e despesas efetuadas por todas as universidades públicas do Estado do Paraná, e dá outras providências.

O projeto em questão já recebeu pareceres favoráveis da Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão de Finanças desta Casa de Leis. Chamada esta Comissão a se manifestar, e observando o disposto no artigo 27 da Constituição Estadual, de acordo com o qual a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes deve obedecer o princípio da publicidade, somos de parecer favo-

rável na forma da Emenda Substitutiva Geral em anexo.

Sala das Comissões, em 27.03.2002.

(aa) ÂNGELO VANHONI - Presidente
ALGACI TULIO - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES
PROJETO DE LEI Nº 527/2001

P A R E C E R :

Art. 1º - Ficam as Universidades Públicas Estaduais obrigadas a publicar, trimestralmente, os balancetes contábeis indicando o valor dos recursos recebidos, suas aplicações e respectivas despesas.

Parágrafo Único - Os documentos constantes do *caput* anterior deverão ser publicados em jornais de maior circulação dos municípios sedes das universidades.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 27.03.2002.

(aa) ÂNGELO VANHONI - Presidente
ALGACI TULIO - Relator

Apoioamento:

José Maria Ferreira.

ITEM 18

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 663/2001, de autoria do deputado Algaci Tulio, que dispõe sobre franqueamento, em dias de eleição, em todos os pedágios localizados no âmbito do Estado do Paraná. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. Aprovado. (Publ. no DA nº 182/2001, de 04/12/2002)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 663/2001

P A R E C E R :

A proposição em tela trata do Projeto de Lei nº 663/2001, de autoria do deputado Algaci Tulio, “dispõe sobre franqueamento, em dias de eleição, em todos os pedágios localizados no Estado do Paraná”.

Sob o ponto de vista constitucional, legal e de técnica legislativa, não há impedimento na sua normal tramitação.

Desta forma, emitimos parecer favorável à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 26.02.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
MARCOS ISFER - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 663/2001

P A R E C E R :

O projeto de lei em exame, de autoria do deputado Algaci Tulio, dispõe sobre franqueamento, em dias de

eleição, em todos os pedágios localizados no âmbito do Estado do Paraná.

Sobre a matéria já existe o parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada esta Comissão de Finanças a opinar sobre a matéria, conforme determina o parágrafo 3º do artigo 33 do Regimento Interno, constatamos na própria justificativa do autor que seria interessante as concessionárias de pedágio, suspenderem suas cobranças nos dias de eleição, fazendo com que um número bem superior de eleitores compareçam às urnas nas próximas eleições.

Sendo assim, a proposição encontra-se em condições de ser submetida à apreciação do douto Plenário, pelo que emitimos nosso parecer favorável ao projeto de lei em tela.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.03.2002.

(a) ADEMIR BIER - Presidente e Relator

ITEM 19

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 094/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão, que determina abono de faltas a servidores que participaram das manifestações que especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECE. **Aprovado. (Publ. no DA nº 012/2002, de 06/03/2002)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 094/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Hermas Brandão, visa determinar o abono de faltas a servidores que participaram das manifestações que especifica.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 12.03.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
CAÍTO QUINTANA - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES PROJETO DE LEI Nº 94/2002

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 94/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão, tem por objetivo determinar o abono de faltas a servidores que participaram das manifestações que especifica.

A douta Comissão de Constituição e Justiça manifestou-se favoravelmente ao presente projeto.

Chamada esta Comissão a se manifestar de acordo com o artigo 7º do Regimento Interno, não encontramos

óbice que a impeça de seguir sua normal tramitação nesta Casa de Leis, pelo que somos de parecer favorável ao mesmo.

Sala das Comissões, em 27.03.2002.

(a) ÂNGELO VANHONI - Presidente e Relator

ITEM 20

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 098/2002, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, institui no calendário de eventos do Estado do Paraná o prato típico oficial do município de Farol/Paraná, denominado "pernil à pururuca". PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECE. **Aprovado. (Publ. no DA nº 012/2002, de 06/03/2002)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 98/2002

P A R E C E R :

O Projeto em epígrafe, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, inclui no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná, a festa do prato típico de Farol, o Pernil a Pururuca.

Em sua proposta, o nobre deputado destaca a importância da inclusão da festa já conhecida regionalmente no calendário do Estado para a divulgação do potencial turístico da cidade.

Chamada esta Comissão a manifestar-se, nada encontrou que pudesse impedir o trâmite deste projeto nas demais Comissões desta Casa.

Portanto, nosso parecer é favorável à discussão e votação da proposição.

Sala das Comissões, em 19.03.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
SÉRGIO SPADA - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES PROJETO DE LEI Nº 098/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do deputado Divanir Braz Palma, tem por objetivo incluir no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná, o prato típico oficial do município de Farol - PR.

Sobre a proposta em exame, pronunciou-se favoravelmente a douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada esta Comissão de Educação, Cultura e Esportes a manifestar-se também favoravelmente, opinando pela aprovação do Projeto de Lei nº 98/2002, na forma apresentada pelo ilustre autor.

Sala das Comissões, em 27.03.2002.

(aa) ÂNGELO VANHONI - Presidente
WALDYR PUGLIESI - Relator

O SR. WALDYR PUGLIESI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, e o item 09?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Já foi votado no início da Ordem do Dia.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Era só isso, senhor presidente.
Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 641 e 642, de autoria do deputado Edno Guimarães, constante do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 649, de autoria do deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 648, de autoria do deputado Ademir Bier, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Requerimentos nºs 650 a 659, de autoria do deputado Ademir Bier, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 660, de autoria do deputado Renato Gaúcho, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 661, de autoria do deputado Hidekazu Takayama, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 662, de autoria do deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 665 e 666, de autoria do deputado Hermes Fonseca, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 669, 670 e 688, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 673, de autoria do deputado Eli Ghellere, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 676 e 680, de autoria do deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 681 a 683, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 684, de autoria do deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **Aprovado. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).**

Requerimentos nºs 686 e 687, de autoria do deputado Irineu Colombo, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

O SR. EDNO GUIMARÃES (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, queremos anunciar a presença do presidente da Câmara de Goioerê, Ademir Flor da Silva, e também dos vereadores: Valter, Pedro Amaro, Sebastião José, Mário e Sebastião Lopes.

Era só isso, senhor presidente.

O SR. ALGACI TULIO (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, quero me associar ao voto de pesar, já aprovado nesta Casa, do falecimento do tenente-coronel Donizete, um cidadão de apenas 46 anos de idade, que começou cedo na Polícia Militar, graduou-se graças à sua competência e inteligência.

Vejam, senhores parlamentares, o tenente Donizete, ainda prematuramente, foi tirado do nosso convívio pela ação da insegurança que impera nesta cidade. Ele, um oficial militar, estava em um estabelecimento comercial, quando assaltantes chegaram e tentaram tomar de assalto o seu automóvel e ao reagir ele foi violentamente espancado, ficando quase um mês internado em uma UTI e lamentavelmente, ontem, veio a falecer. Um oficial com apenas 46 anos de idade, no momento da sua maior condição de inteligência em favor da segurança deste Estado, morre, paga com a vida pela insegurança que o próprio Estado oferece ao cidadão comum, pior ainda a um homem que atua e luta em favor da segurança.

Quero aqui externar o meu pesar, a minha solidariedade à família, que era do meu convívio e que lamento, profundamente, que um homem com apenas 46 anos de idade, um oficial, tenha que pagar com a vida pela insegurança que o Estado oferece ao cidadão.

O SR. NELSON GARCIA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, para registrar, também, juntamente com o João Barbosa, a presença dos vereadores de Mariluz: Alexandre e Joel.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Antes e anunciar a pauta da Sessão de amanhã, que será realizada às 10h, queremos avisar aos deputados que hoje, às 17h30min, haverá uma Sessão Solene de outorga do título de cidadania honorária do Paraná ao senhor Luc Alexandre Menard.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 04, às dez horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 291/99.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 356/99, 129, 367/2000, 121, 153, 397, 462, 527, 663/2001, 094 e 098/2002.

Levanta-se a Sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO DEPUTADO CAÍTO QUINTANA, EM SESSÃO DO DIA 03 DE ABRIL DE 2002.

“Algo de Podre”

Jornal Gazeta do Povo

Jaime Lerner desceu ontem em Brasília disposto a resolver de uma vez por todas a pendenga das ações da Copel que ficaram de posse do Banco Itaú. Passou a tarde com o vice Marco Maciel, de quem teve ajuda para renegociar a dívida que tem origem na compra de títulos podres pelo Banestado.

As ações da Copel foram parar no caixa do Itaú como caução dos títulos de Alagoas, Pernambuco e até da vizinha Santa Catarina. Títulos que não valem um tostão furado no mercado e que foram aceitos por até 80% do valor de face.

A diferença ficou no meio, onde nem sempre mora a virtude. Os especuladores da praça até hoje rememoram os bons tempos dos precatórios e títulos podres. Bela colheita das corretoras e assemelhadas.

Tudo bem, como costumam repetir as almas parvas. O prejuízo ficou para a viúva. E o governo quer transferir o encargo para o seu sucessor. Propõe o pagamento em parcelas semestrais por três anos. Mas precisa do consentimento da União para fechar. Esse o aval que Lerner foi garimpar em Brasília.

Hoje, Lerner fica para a posse de Euclides Scalco na Secretaria Geral da Presidência da República. Vai tentar a ajuda do paranaense ilustre que agora se senta à mão direita de FH.

Em Curitiba, os auxiliares de Lerner suam nas mãos ao mesmo tempo em que procuram dar a impressão de extrema tranqüilidade. “O momento é de calma. Cabem recursos, mas não há risco. A dívida está sendo negociada”, garante Cid Campêlo, secretário de Governo.

O problema se agrava e ganha temperos novos com o súbito interesse do Ministério Público Federal pelo assunto. Os procuradores se perguntam: se os títulos nada valiam e foram vendidos por um preço muito alto ao Banestado, hoje Itaú, quem lucrou com isso? A pergunta não tem resposta oficial por aqui. O que se pode dizer é que foi um negócio da China. Ou seria de Chicago? A verdade é que o assunto cheira mal e não deixa ninguém esquecer que há algo de podre nessa incrível transação”.